

PRÁXIS

MISSIONAL - ISSN 2595-8844

ANO 02 | NÚMERO 03 | JUNHO DE 2019

REFUGIADOS: MISSIOLOGIA DA DIÁSPORA PARA A ATUALIDADE

PRÁXIS

MISSIONAL - ISSN 2595-8844

Ano 02 | Número 03 • 2019

PRÁXIS MISSIONAL

Ano 02| Número 03 • 2019

Dossiê: Refugiados: missiologia da diáspora para a atualidade

Editores convidados: Angelyn Coston Finley e Donald Finley

Editor-chefe: Jonathan Menezes

Conselho consultivo: Jorge Henrique Barro / William L. Lane / Marcos Orison / Wander de Lara Proença / Antonio Carlos Barro

Design gráfico: Daniel Menara

Diagramação: Mauro S. R. Teixeira

Conselho de Referência:

Alan Brizotti

Antonio Carlos Costa

Armando Bispo

Magali N. Cunha

Márcio C. Leal

Maurício Cunha

Robinson Jacintho

Ruth Padilla Deborst

Sérgio Queiroz

Timóteo Carriker

Valdir Steuernagel

Wilson Costa dos Santos

Uma publicação da ***Faculdade Teológica Sul Americana***

A Revista *Práxis Missional* visa contribuir com a prática cotidiana da *Missio Dei* (missão de Deus) e dos múltiplos ministérios do povo de Deus, priorizando temas relacionados à Teologia Prática (em suas vertentes missional e pastoral), em sua vocação de construir pontes entre uma teologia bíblica e contextual, mais formalmente elaborada, e a prática missionária e ministerial da Igreja e dos cristãos. Prioriza ainda o diálogo com abordagens que reflitam de modo prático sobre problemáticas que envolvem a vida da igreja brasileira e latino-americana.

Correspondência

Editora FTSA

Rua Martinho Lutero, 277 - Londrina-PR – 86055-870 - Tel./Fax: (43) 3371-0200

Endereço eletrônico: contato@praxismissional.com.br

Página na internet: www.praxismissional.com.br

SUMÁRIO

EDITORIAL

POR ANGELYN COSTON FINLEY.....5

ARTIGOS

O MINISTÉRIO DA DIÁSPORA NA IGREJA DE JERUSALÉM

POR DONALD FINLEY.....10

UM OLHAR SOBRE A ATUAL CRISE DE REFUGIADOS

POR JAIRO DE OLIVEIRA.....25

REFUGIADOS: A DIÁSPORA FORÇADA E A IGREJA NO BRASIL

POR JOSÉ ROBERTO PRADO.....33

RENASCENDO ATRAVÉS DO IDIOMA: UMA REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO MISSIONAL E O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

POR MAURÍCIO DE O. L. MEDINA E MAYARA AGAR DE ARAÚJO SILVA.....47

QUAL É A DIFICULDADE PARA AS MISSÕES DE DIÁSPORA?

POR JOHN BAXTER.....58

EDITORIAL

Pessoas estão migrando como nunca, voluntariamente em busca de oportunidades econômicas ou educacionais ou involuntariamente devido à fome, desastres naturais, guerras, conflitos étnicos ou perseguição religiosa.

Nos últimos anos, a crise humanitária de refugiados alcançou um nível épico. De acordo com a ACNUR (Agência da ONU para Refugiados), 1 em cada 113 pessoas no mundo hoje está em busca de asilo, deslocada internamente ou é uma refugiada.

Estamos convictos de que a igreja não pode se calar ou cruzar os braços recusando-se a agir, diante de uma crise humanitária deste tamanho. Mas antes de falar, antes de agir, a igreja precisa de duas coisas.

Em primeiro lugar, *a igreja precisa de informações sobre vários aspectos da crise.*

Para sermos eficazes em nosso testemunho, temos que entender o mundo em que vivemos. O mundo hoje parece estar “sem fronteiras”, interconectado pela tecnologia e atravessado por milhões de migrantes e viajantes. Em um mundo marcado pelo multiculturalismo e pluralismo, é importante que os servos do Reino de Deus sejam capazes de entender a realidade das pessoas da diáspora e de desenvolver capacidades relacionais que construam pontes e relacionamentos autênticos com essas pessoas.

Em segundo lugar, *a igreja precisa refletir teologicamente sobre a situação que se encontra diante dela.*

O que a Bíblia fala a respeito de pessoas em movimento e como Deus age em, e através, dessas situações para realizar seus propósitos? Como a Bíblia pode informar e moldar os nossos conceitos, atitudes e ações?

Neste número 3 da *Práxis Missional*, intitulado: “Refugiados: missiologia da diáspora para a atualidade”, buscamos fazer uma contribuição ao conhecimento e à reflexão teológica da igreja brasileira a respeito da diáspora,

um dos desafios missiológicos mais gritantes do nosso tempo. Isto se dará através de cinco contribuições.

No primeiro artigo, Don Finley extrai lições da igreja em Jerusalém cujo ministério foi realizado no contexto de diáspora desde o dia de Pentecostes. Na sequência, Jairo de Oliveira, com sua vasta experiência, descreve a crise atual de refugiados e chama nossa atenção para as vidas que essas estatísticas representam. José Prado oferece uma contribuição olhando o quadro de refugiados no Brasil e o papel da igreja brasileira diante dessa situação. Maurício Medina e Mayara Araújo trazem uma reflexão baseada na experiência missional como professores de português e propõem um modelo de intervenção pedagógica para o ensino de português como língua de acolhimento que ajuda o refugiado a reencontrar sua identidade. O último artigo, escrito por John Baxter, promotor da *Global Diáspora Network* do Movimento Lausanne e fundador e da *NextMove* destaca a necessidade de novos conceitos e novas estruturas na parte de agências enviadoras para realizar a missão entre e através de diásporas.

“Tudo isso é interessante, mas será que é importante?”. Essa foi a pergunta colocada pelo fundador e diretor executivo da FTSA, Antônio Carlos Barro, antes de nossa ida a Coréia do Sul em novembro de 2018. Meu marido e eu tivemos o privilégio de participar de um simpósio internacional sobre Diáspora e Missões. Lembro-me de sentar na sala do Antonio e conversar sobre as expectativas da viagem. Falamos sobre a apresentação que Don faria, sobre os contatos com pessoas chave de várias organizações e sobre contatos com outras escolas de teologia e possíveis parcerias. Mas a pergunta que não se calava era justamente a supracitada. Até que essas manchetes e informações se tornem mais que um fenômeno interessante, até que se tornem importantes – isto é, sejam consideradas seriamente na pauta de orações, planejamento e ação da igreja – não vamos investir nossos recursos em alcançar a diáspora.

Acima, observamos que para agir, a igreja precisa de duas coisas: conhecimento da situação atual e reflexão teológica sobre esta situação. Mas existe um

terceiro elemento necessário. Precisamos levantar os nossos olhos e ver os campos, consistindo de pessoas, com a compaixão e o amor de Deus. Oramos para que este número nos ajude a ver, e que a resposta do povo de Deus seja a de *amar*, que é o sinônimo divino para *ação*.

Sobre o autora



Angelyn Coston Finley é Mestra em Missão Mundial e Evangelismo pelo Asbury Theological Seminary, Wilmore, KY. É professora na FTSA e missionária há mais de 30 anos na Ásia Central e no Brasil.

Contato com a autora: angelina@ftsa.edu.br



GRADUAÇÃO EM **TEOLOGIA ONLINE**

Nossa Missão é ajudar você a cumprir a sua



Venha para a FTSA e tenha uma
experiência que vai mudar a sua vida

☎ (43) 3371-0200



www.ftsa.edu.br

Rua Martinho Lutero, 277 | Gleba Palhano - Londrina - PR



[Práxis 03 (2019) 10-22]

O MINISTÉRIO DA DIÁSPORA NA IGREJA DE JERUSALÉM

Por Donald Finley

O MINISTÉRIO DA DIÁSPORA NA IGREJA DE JERUSALÉM

DONALD FINLEY

Quando minha esposa Angelina e eu chegamos no Brasil há mais de trinta anos, um processo começou e vem enriquecendo nossas vidas ao longo desta jornada. Percebemos que, ao conhecer a cultura brasileira, aprendemos mais do que uma nova cultura. Descobrimos que, ao mergulhar nesta cultura, começamos a ler e entender a Bíblia sob uma nova perspectiva. Através daquilo que aprendemos na convivência íntima com brasileiros, vimos coisas na Bíblia para as quais não havíamos atentado antes. Não é que trocamos nossa perspectiva norte-americana para uma perspectiva brasileira, mas acrescentamos novas perspectivas, que enriqueceram nosso entendimento da Bíblia e nossa prática cristã.

Nos últimos anos, tivemos uma experiência semelhante. Começamos a ler a Bíblia com um olhar para a *diáspora* (povos e pessoas em movimento). Começamos a ver pela primeira vez coisas que sempre estavam lá – histórias de como Deus agiu ao longo da história para cumprir seus propósitos através de povos em movimento. Recentemente, li de novo o livro de Atos com esta nova perspectiva e fiquei surpreso com o que descobri.

Mas não é suficiente encontrar fatos ou perspectivas interessantes. Precisamos fazer a ponte entre o novo entendimento e uma nova prática. No caso do ministério da diáspora, precisamos de uma mudança de perspectiva que nos motive a nos envolver com pessoas em movimento – pessoas que estão vivendo uma realidade de mudanças fundamentais que provocam confusão, questionamento, vulnerabilidade e medo. São momentos em que Deus quer agir com amor, através da igreja, para cumprir seus propósitos para pessoas e povos.

Como vamos ver, o ministério entre a diáspora foi uma parte da vida da igreja desde o início. A seguir, apresentarei três elementos do ministério diáspora que encontramos na igreja de Jerusalém nos primeiros capítulos de Atos.

1. A igreja testemunhou aos povos da diáspora em Jerusalém

O primeiro elemento do ministério diáspora que encontramos em Atos é a proclamação da comunidade de discípulos no dia de Pentecostes. É significativo notar quem estava presente para ouvir esta proclamação. Logo depois da história de como o Espírito Santo chegou com poder, o texto relata que: “Estavam em Jerusalém judeus piedosos de todas as nações que há debaixo do céu” (At 2.5). Isto é importante, porque no primeiro século, muito mais judeus viveram fora da Palestina do que dentro (Gaventa, 2003, p. 75). Por isso, representantes das várias comunidades da diáspora estavam presentes para ouvir a proclamação de Jesus como o Messias ressurreto de Israel.

A importância de Pentecostes como uma ocasião muito estratégica para esta proclamação é enfatizada pelo fato que dos três principais festivais religiosos do ano (Páscoa, Pentecostes e a Festa dos Tabernáculos), o Pentecostes trazia maiores números de peregrinos da diáspora para a cidade de Jerusalém. Isto foi devido ao fato de Pentecostes ter caído em uma época do ano mais segura para viajar ao Mediterrâneo. Então, a população de Jerusalém, que normalmente era de cinquenta mil habitantes, explodiu para quase um milhão durante Pentecostes (Pierson, 2000, p. 27). O potencial para um impacto grande é evidente.

Este ponto se torna mais importante ainda quando examinamos a lista das origens das várias comunidades de judeus presentes no dia de Pentecostes (At 2.9-11). Estes grupos representam os quatro pontos da bússola, com Jerusalém no centro:

O primeiro grupo começa ao leste de Jerusalém (partos, medos, elamitas e residentes da Mesopotâmia) e então volta para Jerusalém; o segundo grupo vai de Jerusalém para o norte (Capadócia, Ponto, Ásia, Frígia e Panfília) e então de volta em direção a Jerusalém; o terceiro grupo vai de Jerusalém para o oeste ate o norte da África, Roma, e então novamente de volta a Jerusalém através de Creta; e o quarto ponto da bússola é representado pelo coletivo “árabes” (Bauckham, apud. Gaventa, 2003, p. 75).

Lucas não formula esta lista na tentativa de mostrar o crescimento de judaísmo, mas sinalizar “o iminente espalhamento do evangelho” (Gaventa, 2003, p. 75). Em Atos 1.8, Jesus disse aos discípulos que eles seriam as suas testemunhas até os confins da terra; já no capítulo 2, Lucas está sinalizando que os judeus da diáspora também teriam parte em proclamar o evangelho até os confins da terra, levando o evangelho com eles nas suas viagens de volta para casa. “Basta, então, observar que a lista claramente visa ser uma indicação de que estavam presentes pessoas de todas as partes do mundo conhecido, e talvez que haveriam de voltar aos seus próprios países como testemunhas daquilo que acontecia” (Marshall, 1982, p. 71).

Qual é o significado disso? Na providência de Deus, a presença dos judeus da diáspora em Jerusalém no dia de Pentecostes serviu para plantar a semente do evangelho entre eles. Nem todos ficariam em Jerusalém. Enquanto alguns judeus da diáspora viveram em Jerusalém por motivos comerciais ou para viver na velhice (Gaventa, 2003, p. 75), aqueles que estavam presentes como parte de uma peregrinação religiosa e se tornaram discípulos de Jesus levariam o evangelho de volta para casa. No Antigo Testamento, Deus já usou a peregrinação de Abraão e os patriarcas para cumprir seus propósitos; ele usou a peregrinação de Israel no deserto durante o êxodo e o exílio de Judá na Babilônia para cumprir seus propósitos também. Agora, este mesmo Deus usaria as multidões da diáspora para espalhar as boas novas de salvação em Jesus aos quatro cantos do mundo.

Hoje, o ministério com pessoas e povos da diáspora continua como uma estratégia missionária muito importante. Devido às influências políticas e econômicas de globalização e, também, devido à realidade de fome, conflitos e guerras, vivemos em uma época em que o número de pessoas em movimento está explodindo. A presença das nações entre nós representa uma oportunidade histórica de proclamar e ser boas novas para estes grupos, muitos deles vivendo em um estado de marginalização que provoca uma variedade de crises. E, na providência de Deus, um dia algumas destas pessoas voltarão para seus lares. Se a igreja for fiel na proclamação amorosa do evangelho hoje, elas poderão voltar carregando a semente do evangelho para compartilhar com seus compatriotas.

Além de notar que o evangelho foi proclamado à diáspora, é proveitoso prestar atenção à maneira como ele foi proclamado. Desde o início, a proclamação cristã foi contextualizada. Podemos identificar duas maneiras de como isso foi feito no caso de Pentecostes.

Em primeiro lugar, todos os judeus da diáspora ouviram o evangelho na sua própria língua materna. Existe um debate se isso foi porque os discípulos falaram em todas essas línguas, ou se o milagre foi que os judeus da diáspora ouviram a mensagem (pregada em aramaico) nas suas línguas. Não é meu propósito resolver esse debate aqui, mas é importante notar o fato de que, de uma forma ou outra, a mensagem do evangelho foi comunicada nas línguas maternas dos seus ouvintes.

Isso foi necessário? Depende da perspectiva. As pessoas da diáspora presentes em Jerusalém no Pentecostes falavam grego, e alguns falavam aramaico também. Todos os discípulos palestinos falavam aramaico e, alguns deles, pelo menos um pouco de grego. Houve condições de comunicar através destas duas línguas. Para alguns, isso cria dúvidas sobre a história de um milagre que não foi necessário (Marshall, 1982, p. 70). Se alguns dos discípulos falaram em grego, e alguns da diáspora entenderem em aramaico, onde está a necessidade de um milagre?

Mas esta perspectiva deixa de lado algo importante. Na comunicação do evangelho, a transmissão técnica de palavras não pode ser o alvo. Ao contrário, “o que era importante é que se falavam as várias línguas *maternas*, vernaculares, destes povos” (Marshall, 1982, p. 70). Como missionários transculturais devem aprender, “mesmo que alguém possa falar duas ou mais línguas, a comunicação que vai falar mais fundo ao seu coração, num nível mais pessoal, é realizada na língua que a pessoa aprendeu no colo da mãe” (Pierson, 2000, p. 30). Para deixar tudo claro, o que estamos afirmando é que desde o início da igreja Deus tem usado as várias línguas – e, por extensão, culturas, porque línguas são produtos e expressões de cultura— como veículos para a comunicação eficaz do evangelho.

Existe uma outra maneira em que a proclamação do evangelho foi contextualizada no dia de Pentecostes para os judeus da diáspora. Podemos entender que contextualização envolve a comunicação fiel, clara e relevante da verdade de Deus ao ponto em que um indivíduo ou cultura mais precisa ser transformada pelo poder do evangelho. O conteúdo da mensagem de Pedro foi altamente relevante naquele contexto judaico. Isso não foi apenas porque Pedro usou o profeta Joel para explicar o fenômeno de línguas; ele também falou sobre a crucifixão que aconteceu na Páscoa, apenas cinquenta dias antes. E quando ele acusou seus ouvintes de ter crucificado o Messias, que Deus ressuscitou (At 2.23-24, 31-36), ele não estava falando apenas aos residentes permanentes de Jerusalém. Muitos judeus que vieram em peregrinação para celebrar a Páscoa em Jerusalém ficaram para Pentecostes (Gaventa, 2003, p. 75). Então, os judeus da diáspora eram tão culpados quanto os residentes permanentes de Jerusalém. A pregação de Pedro foi relevante e trouxe convicção para os dois grupos.

Este aspecto da proclamação contextualizada no dia de Pentecostes chama a nossa atenção ao fato de que não podemos realizar um ministério entre grupos da diáspora sem levar em conta suas línguas, culturas e experiências. Da mesma forma que missionários transculturais precisam aprender dos povos hóspedes para comunicar o evangelho, a igreja local trabalhando com povos da diáspora precisa aprender como cruzar as barreiras culturais. Isso exige treinamento para aqueles mais envolvidos neste ministério, além de amor, compreensão e boa vontade da parte de toda a igreja.

2. A igreja ofereceu comunidade para os judeus da diáspora (At 2.42-47)

Lucas relata que, no dia de Pentecostes, quase três mil pessoas creram em Jesus e foram batizadas (At 2.41). Deve ser seguro presumir que os novos membros da igreja incluíram tanto judeus palestinos quanto judeus da diáspora, especialmente levando em conta o número de judeus da diáspora presentes em Jerusalém no Pentecostes.

Consequentemente, sabemos que a partir de Pentecostes a igreja de Jerusalém foi uma comunidade multicultural. Como temos visto, os judeus

da diáspora vieram a Jerusalém de todo o mundo conhecido. Os lugares do seu exílio eram “tão distintos uns dos outros que quase habitaram em mundos diferentes” (Calvino, 1995, p. 54). A história de como a igreja de Jerusalém criou comunidade no meio desta diversidade e resolveu conflitos baseados em diferenças culturais é não apenas impressionante, mas altamente relevante para a igreja atual, que vive em uma época de pluralismo e globalização.

Um fator principal na união dos vários grupos que se tornaram parte da igreja foi a base que todos compartilharam na verdade das escrituras do Antigo Testamento. Como já notamos, a mensagem de Pedro no dia de Pentecostes teve uma base nas escrituras. Esta ênfase continuou enquanto os membros da igreja “perseveravam no ensino dos apóstolos” (At 2.42), que teria incluído não apenas reflexão nas escrituras à luz de tudo o que Deus fez em Jesus, mas também nos ensinamentos do próprio Jesus, e na história da sua vida, morte e ressurreição.

Este discipulado aconteceu em dois ambientes principais: no grupo maior no templo e em grupos pequenos onde partiram o pão em casas (At 2.46). Todos os membros da igreja foram livres para participar juntos na adoração de Deus no templo. Foi um lugar onde os judeus da palestina e os judeus da diáspora puderam dar expressão à realidade da sua unidade em Cristo.

Pensando nas reuniões em casa, já temos visto como foi importante para os judeus da diáspora ouvir a proclamação do evangelho na sua língua materna. Nada sugere que houve qualquer segregação artificial ou impedimento contra a comunhão entre os grupos diferentes, mas, como questão prática, faz sentido pensar que o discipulado e comunhão mais íntima nas casas aconteceu onde as pessoas compartilharam a mesma língua e cultura. Assim, os judeus da diáspora participaram integralmente na vida da igreja toda, focalizada nas reuniões no templo, e ao mesmo tempo, tiveram liberdade de aprender e expressar sua fé no contexto de grupos menores da mesma cultura e língua. Tal prática teria representado uma continuação da tradição judaica, na qual todos adoraram a Deus como judeus, mas na sua própria língua (Marshall, 1982, p. 122).

Os grupos reunidos em casas oferecerem comunidade profundamente íntima. A frase “partindo o pão” pode significar ou que eles compartilharam uma refeição, ou que observaram a Ceia do Senhor nas suas reuniões. Mas não é necessário escolher entre as duas opções. Em 1 Coríntios 11, lemos como a igreja de Corinto teve a prática de tomar uma refeição antes de celebrar a Ceia. Neste caso específico, a prática de não compartilhar a refeição uns com os outros representou uma perversão do amor e comunhão cristã e um pecado contra o corpo e sangue do Senhor (1Cor 11.21-22, 27). A prática que foi pervertida pelos coríntios revela que era comum para os cristãos tomar uma refeição em comunidade antes de celebrar a Ceia. O “partir do pão” em Jerusalém bem provavelmente incluiu tanto a prática de tomar uma refeição e de celebrar a Ceia juntos.

A vida em comunidade teve expressão em mais uma forma concreta que é especialmente marcante. Além da comunhão ao redor da mesa e a dedicação ao ensino dos apóstolos, os cristãos de Jerusalém vendiam suas propriedades e compartilharam os recursos com aqueles que precisavam de ajuda (At 2.45). Tudo indica que esta ajuda foi distribuída para todos os membros necessitados, tanto para irmãos da Palestina quanto da diáspora. Na verdade, a comunhão e a ajuda aos necessitados não podem ser separadas, porque “comunhão diária ao redor da mesa serviu como a fonte principal de comida para os membros mais pobres da igreja” (Yao, 2004, p. 32).

Quando levamos em conta todos os elementos na descrição da comunidade primitiva – a união de todos no ensino da palavra e nas reuniões no templo, a experiência de comunidade nos grupos pequenos reunidos nas casas, e o amor e generosidade dos cristãos com mais recursos compartilhando com os mais pobres – a imagem que temos é de uma comunidade unida, amorosa e íntima. “O significado social deste retrato precisa ser enfatizado. Os cristãos primitivos se reuniram em casas e trataram uns aos outros como família, compartilhando refeições e bens materiais, além do conteúdo mais espiritual e verbal” (Witherington, 1998, p. 161). O retrato fica mais impressionante ainda quando consideramos a natureza inclusiva da igreja,

incorporando pessoas do mundo todo dentro da família de fé. O resultado da qualidade de vida da comunidade primitiva foi que a cada dia outras pessoas estavam sendo salvas (At 2.47).

O que podemos aprender da comunhão entre cristãos da palestina e da diáspora no período pós-Pentecostes? Uma coisa é a importância de aceitar discípulos de Jesus que venham de outras culturas como irmãos, celebrando os laços de fé, experiência e compromisso que os unem na família de Deus. Aprendemos também a legitimidade e importância da liberdade que todos nós temos de expressar a nossa fé em maneiras apropriadas para nosso próprio contexto. Devemos rejeitar enfaticamente qualquer preconceito ou impedimento à comunhão entre cristãos de culturas diferentes. Ao mesmo tempo, é importante manter a liberdade para expressões culturalmente apropriadas da nossa fé em contextos diferentes. Igrejas que querem ser usadas no ministério da diáspora precisam abraçar esta unidade em meio à diversidade.

3. A igreja superou conflitos culturais (Atos 6.1-7)

O retrato da igreja em Jerusalém, que lemos em Atos 2.42-47, tem servido como o ideal procurado por cristãos ao longo da história. Mas a pureza da experiência da comunidade cristã não foi permanente, e problemas surgiram justamente sobre um dos aspectos mais admiráveis da igreja: a maneira com que eles compartilharam seus bens para cuidar uns dos outros. “A prática de juntar propriedade podia ser mantida somente enquanto sua unidade no Espírito foi especialmente ativa; assim que a chama começou a queimar um pouco mais baixo, a tentativa de manter a vida comunal encontrou dificuldades sérias” (Bruce, 1976, p. 81).

Os problemas começaram a aparecer em Atos 5, com a história de Ananias e Safira. Mas em Atos 6.1-7, Lucas relata um incidente mais perigoso ainda para a unidade da igreja. Na abertura do capítulo 6, temos os helenistas – judeus da diáspora que eram parte da igreja em Jerusalém – reclamando porque as viúvas do seu grupo não receberem uma assistência igual na

distribuição de comida dada aos membros mais necessitados da igreja. Isso foi especialmente sério por causa do nível de dependência das viúvas helenistas, devido ao fato de que não tiveram acesso à ajuda dos parentes e amigos que deixaram para trás nos seus lugares de origem (Marshall, 1982, p. 123).

É óbvio no texto que os judeus da diáspora constituíram um grupo distinto dentro da igreja. Isso colabora com as observações que já fizemos sugerindo que os grupos da diáspora provavelmente realizaram suas reuniões em casas, dividindo na base de línguas e culturas em comum. Esses judeus da diáspora eram integrados na vida da igreja e aceitos como membros da comunidade, mas, ao mesmo tempo, escolheram manter uma identidade distinta.

Estas diferenças culturais serviram, de certa forma, para marginalizar os helenistas. Eles reclamaram que suas viúvas foram negligenciadas na distribuição de comida – uma reclamação que os apóstolos não negaram e Lucas não questionou. Podemos concluir, então, que os judeus da diáspora estavam, de verdade, sofrendo discriminação dentro da comunidade cristã.

A maneira em que os apóstolos agiram diante da crítica foi exemplar. Eles poderiam ter respondido às críticas com algo assim: “Vocês não são daqui, e estão vivendo aproveitando da generosidade daqueles que são nativos. Parem de reclamar. Devem ser gratos quanto ao que recebem. Se não gostam disso, podem voltar para o lugar de onde vieram”. Enquanto esse tipo de resposta seria uma negação da sua fé comum em Jesus, teria sido semelhante ao tipo de sentimentos nacionalistas e tribais que são tão comuns nos dias de hoje.

Mas a discriminação que os helenistas sofreram não parece um resultado de etnocentrismo proposital da parte dos palestinos. Tudo indica que foi uma omissão, algo que os cristãos palestinos nem sabiam que estava acontecendo. Mas isso não é uma desculpa. Muita discriminação acontece mesmo hoje, não porque a maioria quer maltratar os outros, mas porque não consegue ver e entender a realidade dos outros. Foi um ato de “comportamento discriminatório por negligência” que produziu conflito dentro da igreja (Hertig, 2004, p. 63).

Quando os apóstolos tomaram consciência do problema, tiveram iniciativas imediatas para solucioná-lo. Ao invés de defensivos, eles se mostraram abertos às críticas. Mais impressionante ainda, as iniciativas tomadas não representaram simplesmente maneiras em que o grupo dominante podia “ajudar” a minoria de forma mais eficiente. Ao contrário, a igreja indicou um grupo de sete pessoas, todos com nomes gregos, como líderes do novo ministério de assistência. O grupo dominante foi intencional nas suas ações para abrir mão do seu poder e incluir a minoria na liderança da igreja.

Conflitos em situações multiculturais são normais. Uma igreja que se envolve no ministério da diáspora não deve ficar assustada se isso acontecer. Ao contrário, devemos aprender do exemplo da igreja em Jerusalém, evitando qualquer sentimento de etnocentrismo ou postura defensiva. Podemos aprender a ser generosos na maneira com que compartilhamos os bens com os outros e incluir grupos marginalizados dentro da liderança da igreja. Talvez mais importante ainda seja desenvolver a capacidade de realmente “ver” o outro, ficando atentos às suas necessidades e sendo solidários com eles em suas dores. Assim construímos pontes de entendimento e confiança mútua, dando expressão concreta à nossa união em Cristo.

Lucas, no capítulo 6 verso 7 de Atos, relata que, depois deste incidente, a palavra de Deus foi divulgada e que o número de discípulos em Jerusalém cresceu muito. Stott assim comenta: “Mas é claro! A palavra não pode se espalhar quando o ministério da palavra está sendo negligenciado. Por outro lado, quando os pastores se dedicam à palavra, ela se espalha” (Stott, 1990, p. 136). Por isso, ele afirma, a igreja cresceu.

Não concordo completamente. Obviamente, a palavra não pode ser divulgada de forma adequada sem pessoas com dons e responsabilidades neste ministério dando a dedicação necessária para cumprir sua tarefa. Mas isso não foi o único resultado da história. Não podemos esquecer que, além de liberar os apóstolos para o ministério da palavra, a decisão da igreja também identificou e liberou líderes para o ministério de assistência social.

Em vez de declarar que a igreja cresceu por causa de uma ênfase singular no ministério da palavra (evangelismo e ensino), a conclusão mais apropriada parece ser a de que a igreja cresceu porque a palavra estava sendo proclamada, pessoas necessitadas foram socorridas, e uma igreja plural vivia em relativa harmonia e amor. Em outras palavras, a fé foi proclamada e vivida. Sem os dois elementos juntos, não existem condições para crescimento estável e contínuo.

4. A diáspora foi chave para disseminar o evangelho

Até agora, temos considerado um aspecto do ministério da diáspora: a igreja local de Jerusalém proclamando o evangelho, discipulando e incluindo judeus da diáspora na sua comunhão diária. Mas, a partir do martírio de Estêvão, a igreja foi espalhada pela perseguição e começou a proclamar o evangelho entre novos grupos e povos. No centro deste movimento encontramos os cristãos judeus da diáspora.

Primeiro, encontramos Filipe, que levou o evangelho aos samaritanos (meio judeus, meio gentios). A legitimidade da evangelização dos samaritanos foi atestada pelos apóstolos Pedro e João, testemunhas oculares quando Deus concedeu o dom do Espírito Santo a eles (At 8.14-17). Logo depois, Filipe foi dirigido pelo Espírito ao pegar na estrada entre Jerusalém e Gaza. Ali, ele encontrou o eunuco etíope, a quem ele proclamou as boas novas de Jesus e o batizou. Depois ele foi para Cesareia, evangelizando ao longo do caminho (At 8.26-40).

Em Atos 11.19-26, lemos que membros da igreja dispersos pela perseguição (se tornando eles também parte da diáspora) levaram o evangelho para judeus em Fenícia, Chipre e Antioquia. Mas alguns, vindo de Chipre e Cirene – judeus da diáspora – proclamaram o evangelho também para os gregos em Antioquia. Barnabé, um outro líder dos judeus helenistas, chegou para encorajar a nova igreja. Logo, ele foi para Tarso em busca de Saulo, um outro discípulo da diáspora, e juntos ensinaram na igreja de Antioquia por mais de um ano. De lá, Barnabé e Saulo foram enviados na sua primeira viagem missionária (At 13.1-3), e nela o evangelho foi pregado tanto para os judeus da diáspora quanto para os gentios.

Porque os membros da diáspora foram tão centrais na obra missionária? Witherington (1998, p. 244) afirma que uma leitura de Atos 8-11 sugere que os “hebreus” voltaram para Jerusalém depois da perseguição, mas “muitos, se não a maioria, dos cristãos judeus que falaram grego, que provavelmente vieram da diáspora (...) continuaram indo não apenas até Judeia e Samaria mas até a verdadeira diáspora, inclusive para Antioquia da Síria, como 11.19 ff. sugere”. Os “hebreus” tiveram laços de família, língua e cultura em Jerusalém que a maioria da diáspora não teve.

Os cristãos da diáspora, por sua parte, “nasceram e foram criados em países estrangeiros, e o grego era a sua língua. Em alguns casos, suas famílias tinham vivido fora da Palestina por séculos. Eles eram, com certeza, mais integrados ao mundo dos gentios e um pouco mais abertos à associação com não-judeus” (Pierson, 2000, p. 58). Eles tiveram mais afinidade com a língua franca e com as culturas dos gentios. Por isso, estariam mais confortáveis no mundo dos gentios e, naturalmente, teriam sido comunicadores mais eficazes.

Conclusão

Não podemos negar a importância da fidelidade dos primeiros cristãos que proclamaram as boas novas de Jesus à diáspora em Jerusalém, assim como não podemos deixar de reconhecer a importância dos cristãos da diáspora, que levaram o evangelho para contextos em que a maioria dos cristãos palestinos não podiam imaginar.

Hoje, igrejas locais têm a oportunidade de seguir o exemplo da igreja em Jerusalém de uma forma que não imaginamos antes. A diáspora está aqui, entre nós. Se amarmos nossos novos vizinhos de forma sincera e prática para atender suas necessidades, e, ao mesmo tempo, proclamarmos e ensinarmos o evangelho, só Deus sabe o impacto para o reino que isso pode ter ao longo do tempo. Mas, para que isso ocorra, precisamos de mulheres e homens, jovens e adolescentes, sensíveis à liderança de Deus e prontos para ser usados no ministério diáspora.

Referências bibliográficas

BRUCE, F. F. *The Book of the Acts*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1976.

CALVIN, John. *Calvin's New Testament Commentaries: Acts 1-13*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1995.

GAVENTA, Beverly Roberts. *Acts*. Nashville, Abingdon Press, 2003.

HERTIG, Young Lee. *Cross-cultural Mediation: From Exclusion to Inclusion*. In: GALLAGHER, Robert L.; HERTIG, Paul (Eds.). *Mission in Acts: Ancient Narratives in Contemporary Context*. Maryknoll, NY: Orbis Books, 2004.

MARSHALL, I. Howard. *Atos: introdução e comentário*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1982.

PIERSON, Paul E. *Atos que contam: fatos que marcaram a igreja de Cristo*. Londrina: Descoberta, 2000.

STOTT, John R. W. *A mensagem de Atos: Até os confins da terra*. São Paulo: ABU Editora, 1990.

WITHERINGTON III, Ben. *The Acts of the Apostles: A Socio-Rhetorical Commentary*. Grand Rapids: William B. Eerdmans, 1998.

YAO, Santos. *Dismantling Social Barriers through Table Fellowship: Acts 2:42-47*. In: GALLAGHER, Robert L.; HERTIG, Paul (Eds.). *Mission in Acts: Ancient Narratives in Contemporary Context*. Maryknoll, NY: Orbis Books, 2004.

Sobre o autor



Donald K. Finley é Doutor em Estudos Interculturais pelo Asbury Theological Seminary, Wilmore, KY. Professor da Faculdade Teológica Sul Americana e missionário há mais de 30 anos na Ásia Central e no Brasil.

Contato com o autor: donfinley@ftsa.edu.br



FTSA

Graduação em Teologia Presencial

Nossa Missão é ajudar você a cumprir a sua

Venha para a FTSA e tenha uma experiência que vai mudar a sua vida

☎ (43) 3371-0200  www.fts.edu.br

Rua Martinho Lutero, 277 | Gleba Palhano - Londrina - PR



[Práxis 03 (2019) 24-30]

UM OLHAR SOBRE A ATUAL CRISE DE REFUGIADOS

Por Jairo de Oliveira

UM OLHAR SOBRE A ATUAL CRISE DE REFUGIADOS

POR JAIRO DE OLIVEIRA

Abdu Ali deixou a cidade de Racca na Síria na companhia de seus dois irmãos, Youssef e Mohammad, todos menores de idade. O destino deles foi o campo de refugiados, Zaatari, na Jordânia. Após percorrerem todo o trajeto de carro, eles se juntaram a outros 80 mil refugiados que fazem de Zaatari o segundo maior campo de refugiados do mundo. Abdu Ali deixou do outro lado da fronteira seus pais e outros cinco irmãos. Lamentavelmente, seus pais não possuíam recursos necessários para financiarem a viagem de toda a família e, por isso, enviaram para fora do país apenas os filhos mais velhos.

Oito meses após a sua chegada em território jordaniano, Abdu Ali participou de um acampamento de adolescentes organizado por cristãos locais. Lá ele ouviu a mensagem do evangelho pela primeira vez em sua língua materna. O Senhor lhe abriu a porta da fé e ele abraçou a oportunidade de experimentar o milagre do novo nascimento. Já como discípulo de Jesus, no dia seu batismo, Abdu Ali compartilhou o seguinte testemunho com a sua nova família na fé: “Dou graças a Deus pela guerra na Síria. Não fosse a situação que me forçou a deixar o meu país, talvez eu jamais tivesse tido a oportunidade de ouvir o evangelho”.

Uma crise sem igual

Vivemos em um momento histórico no que diz respeito à crise migratória. Os números que contabilizam pessoas deslocadas em todo o mundo revelam uma crise sem precedentes. De acordo com os dados mais recentes publicado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a dispersão de pessoas atingiu a marca de 68,5 milhões de indivíduos deslocados à força em todo o mundo (Acnur, 2019-a). A organização cristã World Relief (2019) descreve a atual crise migratória como “a maior e mais complexa crise humanitária da nossa geração”.

É preciso compreendermos que estamos diante de um problema extremamente complexo. Lamentavelmente, os sinais indicam que a crise

não será resolvida com facilidade ou rapidez. A tendência é que esta catástrofe migratória seja uma realidade que continuará afetando milhões de vidas nos próximos anos e décadas. O que reforça esta análise é que o número de pessoas deslocadas à força é crescente. Segundo os relatórios do ACNUR: “Ao longo das duas últimas décadas, a população global de pessoas deslocadas forçosamente cresceu substancialmente, de 33,9 milhões em 1997 para 65,6 milhões em 2016, e permanece em um nível recorde” (UNHCR, 2019).

Gente de carne e osso

À medida que analisamos o estado atual da crise migratória e os números que a acompanham, devemos ter em mente que estamos lidando com bem mais do que com estatísticas. A crise engloba pessoas reais, gente de carne e osso, algumas das mais vulneráveis do mundo. Homens, mulheres e crianças que deixaram as suas casas por diferentes razões e foram deslocadas em seus próprios países ou espalhadas pelo mundo, como Abdu Ali e os seus irmãos.

Quando pensamos na extensão da crise migratória e consideramos as circunstâncias que afetam as milhões de pessoas deslocadas, a tendência é ficarmos perplexos. Contudo, precisamos cuidar para não perdemos a capacidade de nos preocuparmos com os indivíduos impactados. O fato é que cada vida é importante para Deus. Cada pessoa tem o seu valor e cada história de vida pode ser transformada pelo Eterno Deus, que usa a Sua Igreja para expressar amor ao mundo. Também, não devemos minimizar a nossa participação diante de um desafio tão grande. Jesus nos convoca para seguirmos o seu chamado a fim de fazermos a diferença na vida daqueles que “andam desgarrados e errantes como ovelhas que não têm pastor” (Mt 9.36).

Dura realidade

Um dos destinos mais desejados pelos refugiados de todo o mundo tem sido o continente europeu. Os refugiados do Oriente Médio e do Norte da África conseguem chegar à Europa, principalmente pagando altas somas de dinheiro aos atravessadores que os enviam através do Mediterrâneo em barcos e balsas. O exílio de refugiados para a Europa através do Mediterrâneo

tem produzido um alto custo em termos de vidas humanas, como destaca o relatório da ACNUR (2019-b): “Desde o início de 2017, acredita-se que mais de 2.700 pessoas morreram ou desapareceram ao cruzarem o Mar Mediterrâneo para chegarem à Europa”.

Os atravessadores utilizam duas rotas principais para enviarem os refugiados pelo Mediterrâneo para a Europa: 1) o Mediterrâneo Oriental (da Turquia à Grécia), e 2) o Mediterrâneo Central (do norte da África à Itália e Malta). Ambas as rotas são extremamente perigosas. Frequentemente, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) relata naufrágios envolvendo refugiados que morrem atravessando o Mediterrâneo em sua tentativa de escapar da guerra, violência, perseguição e violações dos direitos humanos.

Embora os refugiados entrem na Europa principalmente pela Grécia, Itália e Malta, muitos deles não permanecem nesses países. Eles geralmente procuram países europeus onde possam ter acesso a melhores oportunidades para reconstruir suas vidas. Muitos desejam se estabelecer na Alemanha em função da política pró-refugiados e de sua forte economia (entre as cinco principais economias do mundo). O desafio é que, para chegar à Alemanha, eles precisam atravessar outros países europeus que, às vezes, fecham suas fronteiras e não permitem que os refugiados cruzem o seu território. Em muitos casos, eles são deportados ou enviados para centros de detenção ou campos de refugiados.

A base para o nosso envolvimento

Por mais desconforto que a crise migratória possa nos causar, seja por perplexidade, desconfiança ou medo, como cristãos encontramos nas Escrituras Sagradas uma base bíblica sólida para oferecermos acolhimento ao refugiado.

A Bíblia ensina que Deus ama o estrangeiro (Dt 10.18) e, como consequência, prescreve ao Seu povo um tratamento amoroso ao que peregrina em sua terra, “Portanto, amareis o estrangeiro” (Dt 10.19). De maneira prática, no Antigo Testamento, o povo era instruído a tratar o estrangeiro da mesma forma que tratava seus compatriotas: “Tratem o estrangeiro que peregrina entre vocês como tratam quem é natural da terra; amem o estrangeiro como amam a vocês mesmos” (Lv 19.34).

Deus ama o estrangeiro porque Ele é imparcial em relação às pessoas, não é preconceituoso e ama todo ser humano sem distinção. Deus ensinou este aspecto de Sua natureza a Pedro através da visão que recebeu na cidade de Jope. Consequentemente, Pedro declarou: “Reconheço, por verdade, que Deus não faz acepção de pessoas” (At 10.34-35).

Na leitura do Pentateuco, fica bem claro que os israelitas deveriam lembrar de sua histórica condição de peregrinos a fim de demonstrar empatia com os estrangeiros vivendo entre eles: “Também não oprimirás o forasteiro; pois vós conheceis o coração do forasteiro, visto que fostes forasteiros na terra do Egito” (Ex 23.9).

É importante lembrar que os israelitas não foram deslocados apenas quando se tornaram escravos no Egito. Em diferentes épocas de sua história, eles tiveram a triste experiência de deixar a própria terra tornando-se peregrinos em outra nação, como na ocasião em que foram levados cativos para a Babilônia e lá permaneceram por 70 anos: “Os que escaparam da espada, a esses levou ele para a Babilônia, onde se tornaram seus servos e de seus filhos, até ao tempo do reino da Pérsia” (2Cr 36.20). Enquanto estavam espalhados, eles experimentaram constante opressão e intensa saudade de sua terra natal: “Às margens dos rios da Babilônia, nós nos assentávamos e chorávamos, lembrando-nos de Sião” (Sl 137.1).

Curiosamente, as Escrituras descrevem o cristão como um peregrino e forasteiro neste mundo (1Pe 2.11). Esta figura de linguagem é utilizada para ilustrar a nossa condição de temporariedade nesta vida. Deste modo, como peregrinos e forasteiros, o desejo de Deus é que enquanto aguardamos a nossa morada definitiva, tenhamos compaixão daqueles que peregrinam entre nós e necessitam das nossas manifestações poderosas em obras e palavras (Lc 24.19).

Deus conduz a história

Apesar de se tratar de uma catástrofe humanitária, precisamos considerar que há um Deus que conduz a história e que, portanto, esses movimentos de pessoas não são acidentais. A Palavra de Deus nos ensina que, em relação

a toda a humanidade, Deus está no controle de seus tempos e localização, a fim de permitir que eles se relacionem com Ele: “E de um só fez toda a geração dos homens para habitar sobre toda a face da terra, determinando os tempos já dantes ordenados e os limites da sua habitação, para que buscassem ao Senhor, se, porventura, tateando, o pudessem achar, ainda que não está longe de cada um de nós” (At 17.26-27).

A atual crise de refugiados carrega consigo um aspecto estratégico. Ela tem dispersado pessoas que costumavam viver isoladas da fé cristã e as aproximado do evangelho. Exemplificando, o documento de Tendências Globais da ACNUR revela que países muçulmanos como a República Árabe da Síria, Afeganistão e Somália estão no centro da atual crise migratória. Eles estão entre os países que mais produzem refugiados. Portanto, a maioria das pessoas que está sendo dispersa ao redor do mundo vem de países muçulmanos nos quais não há liberdade religiosa. No entanto, essas pessoas estão se movendo para nações da Europa e da América do Norte, por exemplo, onde a liberdade religiosa é um direito fundamental. Ali estão tendo a liberdade de continuar praticando o Islã ao mesmo tempo em que são expostas à fé cristã e podem aprender muito mais sobre Jesus do que em seus países de origem. Logo, ao examinarmos os dados que descrevem a realidade dos refugiados em nossos dias, fica claro que a atual crise migratória representa, por outro lado, uma oportunidade para a Igreja cumprir a Grande Comissão proposta por Jesus em Mateus 28.19: “Portanto, ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”.

Deus continua conduzindo a história, mesmo nos momentos mais desafiadores. A Trindade está trabalhando através da Igreja e realizando a Sua obra em meio aos movimentos de diáspora. As oportunidades são imensas. Como comenta Brian Hébert (2019): “As missões à diáspora oferecem oportunidades para alcançar povos de países de acesso fechado sem a necessária aprovação de governos estrangeiros. Missões através da diáspora mobilizam pessoas que têm conexões naturais com países de acesso fechado”.

Conclusão

Considerando os milhões de refugiados que vivem dispersos, como seguidores de Jesus precisamos ter em mente a nossa identidade e posição neste mundo. Como pessoas que encontraram refúgio em Cristo e se tornaram concidadãos do Reino de Deus, devemos nos identificar com aqueles que estão no exílio e recebê-los no lugar onde Deus nos deu como residência temporária.

Que o nosso esforço venha produzir experiências semelhantes à de Abdu Ali que, em meio ao sofrimento, não encontrou apenas um lugar de refúgio em uma terra estranha, mas uma oportunidade de nova vida em Cristo Jesus.

Referências bibliográficas

ACNUR. *Dados sobre o Refúgio*. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em 3 de abril de 2019.

HÉBERT, Jacques. *The 'With' of Diaspora Missiology: The Impact of Kinship, Honor, and Hospitality on the Future of Missionary Training, Sending, and Partnership*. Disponível em: <<https://nextmove.net/uploads/Kinship-Bridging-hebert.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2019.

UNHCR. *Europe Situation*. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/en-us/europe-emergency.html>>. Acesso em 3 de abril de 2019-a.

_____. *Global Trend*. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5943e8a34.pdf>>. Acesso em 4 de abril de 2019-b.

WORLD RELIEF *The Refugee Crisis*. Disponível em: <<https://www.worldrelief.org/refugee-crisis>>. Acesso em 4 de abril de 2019.

Sobre o autor



Jairo de Oliveira é Bacharel em teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA), mestre em estudos islâmicos e doutorando em estudos interculturais pela Columbia International University (CIU).

Contato com o autor: contato@jairodeoliveira.com.br



PÓS-GRADUAÇÃO

ONLINE NA FTSA

ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
PARA ENFRENTAR NOVOS DESAFIOS



[Práxis 03 (2019) 32-44]

REFUGIADOS: A DIÁSPORA FORÇADA E A IGREJA NO BRASIL

Por José Roberto Prado

REFUGIADOS: A DIÁSPORA FORÇADA E A IGREJA NO BRASIL¹

POR JOSÉ ROBERTO PRADO

Migrar é um fenômeno *supracultural* conhecido desde a antiguidade. Nasce do nosso instinto de sobrevivência. Migrar também é um direito humano, reconhecido no artigo 13.2 da Declaração Internacional de Direitos Humanos: “Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”.

O termo “diáspora”, do grego “dispersão”, tem sido usado atualmente para expressar o intenso, inédito e generalizado movimento de povos de norte, sul, leste a oeste que vivemos em nossa geração. Várias são as causas do deslocamento: avanços tecnológicos (transporte, comunicação, medicina), urbanização, crises econômicas, desastres naturais, guerras, criminalidade, fanatismo religioso, e assim por diante.

O Brasil é um país de migrantes. Desde a chegada dos portugueses, em 1500, o país recebeu várias ondas de migrações vindas de diferentes regiões: África, Europa, Oriente Médio e Ásia. Uma das características principais do seu povo e cultura é a miscigenação – a complexa e rica mistura produzida, talvez somente aqui, pelo intenso cruzamento do branco, o negro, o amarelo e o nativo. Somos misturados.

A Igreja evangélica brasileira é viva e conta com um expressivo movimento missional que anseia ser um sinal histórico do reino de Deus entre todos os povos. Como outras nações, nos últimos anos, temos vivenciado a diáspora em várias dimensões. A seguir, refletiremos sobre o fenômeno da diáspora forçada e como a Igreja brasileira tem respondido a ela.

¹ Texto de uso autorizado pela Editora Descoberta, previamente publicado em: OLIVEIRA, Jairo de (Org.). *Refugiados, peregrinos e forasteiros*. A igreja respondendo ao desafio mundial da migração. Londrina: Descoberta, 2017, pp. 43-57.

Migrante e refugiado

Apesar dos refugiados engrossarem as fileiras da diáspora mundial, há uma grande diferença entre o migrante e o refugiado. Enquanto o migrante sai voluntariamente para realizar um projeto de vida – estudar, trabalhar ou casar, o refugiado desloca-se contra sua vontade, numa última alternativa para preservar a sua vida.

Para o migrante, a mudança é uma conquista, uma bênção dos céus. Para o refugiado que, como afirma a definição da ONU², tem que deixar seu país “por fundado temor de perseguição, seja por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política”, a mudança é seu pior pesadelo.

Aqueles que na fuga atravessam a fronteira de seu país são denominados refugiados. Os que saem de suas casas, mas permanecem dentro do seu país são classificados como “deslocados internos”. Segundo o relatório da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)³, vivemos a maior crise humanitária da história, com o deslocamento forçado sendo superior ao da Segunda Guerra Mundial, alcançando 65,3 milhões de pessoas, 51% menores de 18 anos e metade representada por mulheres. Curiosamente, não são os países ricos que acolhem a maioria dos refugiados: 84% estão em países pobres ou em desenvolvimento. Um exemplo, a atual crise de refugiados em Mianmar deslocou em apenas três semanas cerca de 400 mil Rohingya para o país vizinho Bangladesh, extremamente pobre. Este número é equivalente aos refugiados que chegaram à Europa durante todo o ano de 2016.

A jornada de um refugiado até o país definitivo pode demorar anos, em precárias condições de sobrevivência num país de passagem. Soma-se a isto as travessias por desertos e mares, nas quais os refugiados são alvo de bandos de assaltantes, redes de tráfico humano, tráfico de órgãos e prostituição infantil. Muitos, infelizmente, morrem no percurso da rota de fuga.

É importante considerarmos que chegar ao país de acolhimento é só o início de uma nova batalha. As diferenças culturais, climáticas, linguísticas,

2 De acordo com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados.

3 Relatório publicado em junho de 2016 pela ACNUR.

religiosas, e assim por diante, irão demandar do refugiado ainda muita energia física, emocional e espiritual. Muito além de vítimas, são corajosos sobreviventes, pessoas com enorme força de vontade e criatividade. Exemplos de resiliência.

Por isso, tanto o governo como a Igreja devem se preparar para acolher o refugiado. Não se trata apenas de estrangeiros em busca de trabalho e melhor renda. São pessoas feridas, vulneráveis, empobrecidas e em busca de um lugar para recomeçarem a vida.

Refugiados cristãos

Para eles há ainda outros dois níveis de crise dentro da crise. Em primeiro lugar, se durante a rota de fuga numa travessia no deserto, num barco em alto mar ou ainda num campo de refugiados, forem identificados como cristãos, tornam-se novamente alvos de violência, sendo lançados ao mar, jogados de caminhões ou ainda assassinados nos campos.

Além disso, justamente eles, que almejam um lugar onde possam adorar a Deus e criar seus filhos em liberdade, do ponto de vista da fé, estão diante de uma grande prova. Perseguidos por sua fidelidade à Cristo, enfrentam o dilema de tentarem entender os caminhos de Deus, as razões para permitir tamanho sofrimento. Não são poucos os que, em algum lugar do caminho, entram em profunda depressão. Precisam de amor, solidariedade, tratamento emocional e encorajamento para que permaneçam firmes na fé.

Refúgio – Marco legal

O Brasil é signatário de todos os tratados internacionais de proteção aos refugiados, como a Convenção de 1951, o Protocolo de 1967 e a Declaração de Cartagena de 1984. Redigida sob a ótica dos direitos humanos e contemplando todos os dispositivos de proteção internacional aos refugiados, a legislação brasileira sobre refúgio pode ser considerada uma das mais abrangentes, generosas e modernas do mundo. Sua abordagem distribui o cuidado do refugiado entre a sociedade civil organizada, o governo e a ACNUR.

Seu “Estatuto do Refugiado”, (Lei 9474/1997) é a primeira legislação abrangente sobre o refúgio na América Latina e se destaca por dois aspectos: incorpora a definição ampliada de refúgio da Declaração de Cartagena (graves violações de direitos humanos) e cria um órgão multiministerial no governo chamado Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) para administrar a questão dos refugiados.

Um dos distintivos dessa lei é a permissão da pessoa solicitar refúgio uma vez que esteja em território nacional, não importando se esteja documentado ou não. O processo é aberto imediatamente, seja num posto de fronteira, ou aeroporto, ou porto. Uma vez aberto o processo o solicitante já é titular de direitos civis, podendo obter documento de identificação, carteira de trabalho e acesso ao sistema público de saúde e educação. Desta forma, o solicitante de refúgio pode circular livremente em todo território nacional, bem como trabalhar enquanto seu processo é julgado pelo órgão do governo (CONARE). Este processo normalmente leva três anos em média. Mesmo que seja negado em primeira instância, o solicitante de refúgio pode recorrer.

Outra característica da legislação brasileira é que ela concede cidadania aos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil. Este direito é compartilhado com os pais. Da mesma forma, se um estrangeiro se casar com um cidadão brasileiro ele tem o direito de solicitar a cidadania e, em ambos os casos, este processo é definido em menos de um ano.

Em setembro de 2013 o CONARE publicou a resolução de número 17 (renovada por mais 2 anos em set 2015) que autorizou a emissão de um visto especial para as pessoas afetadas pelo conflito na Síria.

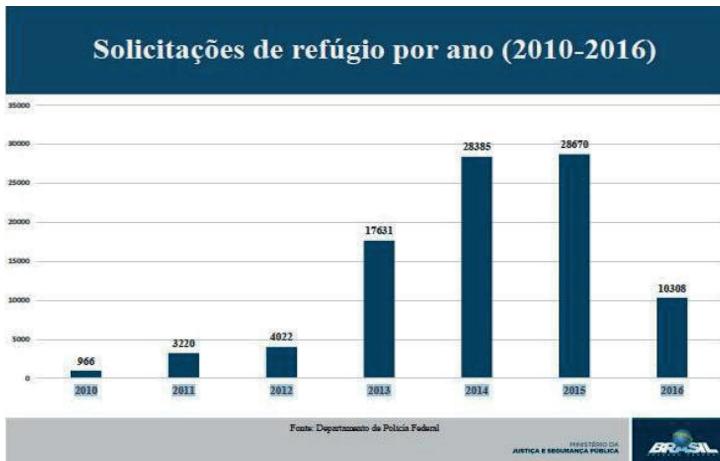
Em novembro 2017 entrou em vigor a “Lei de Migração”. Esta nova lei atualiza o tratamento a todo estrangeiro de maneira geral, substituindo a antiga legislação (Estatuto do Estrangeiro), elaborada na época da ditadura militar, que via o migrante como ameaça. Nesta nova lei é assegurada uma visão humanitária. Também institui o visto temporário para acolhida humanitária, situação que possibilita o reconhecimento da condição de refugiado.

Quantos refugiados há no Brasil e de onde eles veem

Em 1977 foi estabelecido o escritório da ACNUR no Rio de Janeiro e em 1982 o governo brasileiro reconhece oficialmente a ACNUR como órgão da ONU. Gradativamente, entre 1980 e 2000, o Brasil começou a receber pequenos grupos de refugiados, entre eles: vietnamitas, iranianos (da minoria perseguida B'ahai), liberianos e angolanos.

O número de solicitantes de refúgio aumentou exponencialmente (2.868%) entre 2010 e 2015 (de 966 pedidos por ano em 2010 para 28.670 em 2015), sendo a maioria oriunda da África, Ásia (considerando o Oriente Médio) e Caribe.

De acordo com os dados do CONARE (2015-2016), de 2010 a 2016, cerca de 93 mil pessoas solicitaram refúgio no Brasil. Em 2015 eram de 79 nacionalidades. Em 2016 foram de 95, ou seja, somente no ano passado, pessoas de 16 novos países solicitaram refúgio no país. Isto indica que o Brasil tem se tornado um país mais conhecido para acolhimento. Apesar deste aumento no número de países, houve uma queda substancial de 64% no número de solicitações entre 2015-2016. Vários fatores podem explicar esta queda, entre eles o aprofundamento da crise econômica e o endurecimento na política de emissão de vistos para potenciais solicitantes de refúgio (este é caso dos sírios, que agora, apesar da continuidade do conflito, precisam comprovar renda para obter o visto).



Dos cerca de 93 mil solicitantes, 49 mil (52,5%) são haitianos. Dos outros 44 mil solicitantes de outras nações, os principais grupos são:

Senegal: 7.206

Venezuela: 4.904

Síria: 3.851

Angola: 3.634

Bangladesh: 3.445

Nigéria: 2.904

Congo: 2.549

Gana: 2.321

O número de refugiados reconhecidos, ou, que tiveram o seu pedido de refúgio confirmado até 2016 é de 9.552. Se considerarmos somente o ano de 2016, 68% dos solicitantes eram homens e 32% mulheres. Em termos de faixa etária, 41% tinham entre 18 a 29 anos; e 47% entre 30 e 59 anos.

No momento, por conta da instabilidade política na Venezuela, muitos estão atravessando a fronteira e pedindo refúgio no Brasil, no Estado de Roraima. Segundo a Polícia Federal, entraram no Brasil por esta fronteira, desde 2016, 30 mil venezuelanos. Destes, cerca de um terço está em situação regular.

Quando comparamos o número de 93 mil de solicitantes de refúgio com a população brasileira (208 milhões) chegamos à proporção de menos de 0,05%. O que, de fato, é um número muito pequeno. Se considerarmos a quantidade de sírios recebidos (3.851), do total de 4,9 milhões de refugiados em outras nações, chegamos a uma porcentagem parecida (0,07%).

Quais suas maiores dificuldades?

O fato de o Brasil não desenvolver um programa intencional e organizado de reassentamento, estabelecendo cotas anuais e provendo estrutura e apoio aos que chegam, como fazem os EUA, Canadá e Austrália, causa grandes dificuldades aos solicitantes. Sua legislação aberta, recebendo solicitantes sem nenhum tipo de controle ou planejamento, faz com que o próprio sistema de refúgio seja colocado em xeque. Dependendo da crise internacional, a demanda é maior do que a capacidade de atendimento. Foi o que aconteceu com os haitianos e sírios em 2014 e com os venezuelanos em 2017.

Com poucas estruturas de acolhimento e pessoal, o solicitante de refúgio fica por sua própria conta ou à mercê da bondade da população e da capacidade de atendimento das ONGs, em sua grande maioria religiosas (católicas, evangélicas e islâmicas), que também padecem de recursos e estruturas.

Falta de informação: Muitos dos que veem não sabem quase nada sobre o Brasil e seu sistema de refúgio. Assim, acabam se frustrando quando percebem, na prática, que não serão ajudados financeiramente pelo governo. Alguns também, por desconhecimento, acham que poderão se comunicar em inglês no Brasil, mas a verdade é que poucos brasileiros falam inglês. Essa barreira, contudo, é superada pela amabilidade do brasileiro, que mesmo sem entender o idioma do migrante, faz de tudo para ajudá-lo.

Economia: Desde 2015 o Brasil vive uma aguda crise política e econômica. Muitas empresas fecharam nos últimos anos. Temos uma taxa de 14% de desemprego e o custo de vida é alto nas grandes cidades. Com isso, o mercado informal acaba sendo a única alternativa de sobrevivência para o migrante. Em alguns casos, aproveitando sua vulnerabilidade, as redes de trabalho escravo acabam fazendo suas vítimas.

Para aqueles que conseguem um emprego, o setor da construção civil é o que oferece mais vagas. Trabalho braçal e remuneração baixa. É difícil sustentar uma família com uma pessoa só trabalhando. Outros, porém, acabam

encontrando trabalho nas cidades médias e pequenas do interior, onde o custo de vida é menor e há empregos no campo e no agronegócio. Vencida a crise política, é certo que a economia voltará a crescer. Isto configurará um bom cenário para os que já estiverem adaptados e com o domínio da língua.

Burocracia: os solicitantes de refúgio que têm um nível de educação mais elevado também encontram obstáculos, pois seus diplomas não são reconhecidos pelo governo. Assim, não conseguem trabalho em sua área, ou quando conseguem, exercem a função, mas recebem um salário bem inferior ao cargo. Esta situação tem gerado reivindicação por parte das ONGs e algum progresso já tem sido alcançado.

Xenofobia e racismo: Como em outras nações, a sociedade brasileira também está experimentando a polarização e o ressurgimento dos fundamentalismos, sejam eles políticos, sociais ou religiosos. Nas mídias sociais, repetem-se os argumentos xenofóbicos vindos da Europa e dos Estados Unidos. Nas ruas, porém, isto ainda tem pouco impacto, apesar de termos tido alguns eventos pontuais de agressão aos estrangeiros. Na sua maioria, verbal. Episódios assim acabam recebendo contrapartidas solidárias.

Há, contudo, algo que precisamos encarar. A grande maioria de ataques verbais e demonstrações não foram dirigidas aos migrantes brancos (sírios, iraquianos), mas a haitianos e africanos negros. Isto traz à tona um racismo, poucas vezes admitido por nós brasileiros. A igreja pode e deve ser um canal para que estas questões sejam discutidas e saradas.

Criminalidade e violência urbana: As grandes cidades brasileiras sofrem uma epidemia de violência por conta da ação de redes criminosas do tráfico de drogas e de armas. Se o migrante não consegue o amparo das organizações humanitárias, facilmente acaba refém das opções da rua. Dinheiro pode ser obtido facilmente na criminalidade, seja por tráfico de drogas ou prostituição. Pessoalmente, resgatei três homens sírios, entre 25 e 35 anos, que foram cooptados para a prostituição masculina.

O que tem sido feito?

A Igreja Cristã brasileira, tanto católica quanto evangélica, não tem ficado passiva em meio à necessidade dos refugiados. Os católicos, desde a década de 1930, em São Paulo, através da Missão Scalabriniana, têm feito um trabalho exemplar e pioneiro entre os migrantes vulneráveis. Depois deles, a CARITAS também se destaca no atendimento aos refugiados, em parceria com a ACNUR.

Entre os evangélicos, o trabalho é bem recente, começando a ser desenvolvido após o ano de 2010, com a crise no Haiti e na Síria. Gradativamente, agências missionárias, ONGs cristãs e igrejas, em diferentes cidades, têm se envolvido no apoio aos refugiados, de várias maneiras. A seguir, apresento algumas iniciativas.

A AEBVB, SERVOS e MAIS dispuseram parte de sua estrutura física para acolher famílias refugiadas por determinado período. A LAR (Cabo Frio/RJ), DIGNITÀ (São Paulo/SP) e CAEBE (Curitiba/PR) abriram casas de passagem. A COMPASSIVA (São Paulo/SP), assessora na regularização de diplomas e oferece aulas de português, sem custo. As universidades UNIEVANGÉLICA (Anápolis/GO) e a UNICESUMAR (Maringá/PR) têm oferecido vagas em seus cursos para refugiados. A ANAJURE (Brasília/DF), DIGNITÀ (São Paulo/SP) e MAIS (Colombo/PR) têm dado assessoria jurídica para que cristãos perseguidos consigam visto de entrada no Brasil.

Além dessas, a TAARE (Uberlândia/MG), MEAB (Foz do Iguaçu/PR), PREPARANDO O CAMINHO (São Paulo/SP), SIM (Londrina/PR), MIAF (São Paulo/SP), JOJUM (Campinas/SP), PROJETO GAIO (Pompéia/SP), NO MORE (Maringá/PR) tem servido os refugiados em diferentes maneiras.

Em algumas cidades (São Paulo, Curitiba, Maringá e Uberlândia) há igrejas abrindo as portas para que os migrantes celebrem os cultos em sua própria língua. Há também iniciativas dos próprios refugiados para apoiar os outros (BAB SHARK) e uma incubadora para que possam abrir seus próprios negócios (BLUE FIELDS).

Há aquelas que iniciaram um programa de acolhimento (MAIS e DIGNITÀ), ajudando e orientando as famílias antes mesmo de chegarem ao Brasil. Este programa é construído em parceria com igrejas locais que se dispõem a “adotar” famílias refugiadas por um determinado período (1 a 3 anos), provendo casa, alimentação, aulas de português, ajuda para encontrar um emprego e cuidado pastoral integral. Este modelo tem se destacado por seu sucesso na integração da família que chega com a sociedade brasileira. A igreja funciona como uma família estendida e faz a ponte com a sociedade em geral. Dezenas de igrejas, de diferentes denominações e cidades, fazem parte deste programa.

Inspirados e encorajados pelo exemplo da organização internacional *Refugee Highway Partnership* (RHP)⁴, um grupo de irmãos destas organizações acima começou a interagir, trocar experiências e promover encorajamento mútuo, dando os primeiros passos para a criação de uma rede no Brasil. Três encontros já foram realizados e atualmente a rede, denominada REMIR – Rede Evangélica de Apoio ao Migrante Refugiado, conta com mais de 20 membros, entre missões, igrejas e ONGs, de várias cidades.

Envolvimento pessoal

Envolvei-me com o ministério aos refugiados em 2013 quando, na condição de pastor de uma igreja em São Paulo, recebi um pedido para acolher uma família síria (18 pessoas!) que estava chegando ao Brasil. Esta experiência foi tão rica e desafiadora que decidi deixar o ministério na igreja local para me dedicar ao pastoreio de refugiados.

Fui convidado pela MAIS para desenvolver e coordenar o programa de acolhimento. Paralelamente, fazia o socorro às famílias vulneráveis que chegavam a São Paulo. Em dois anos acolhi de diferentes formas, centenas de refugiados.

Em outubro de 2015 abri, pela fé, uma casa de acolhimento em São Paulo, e em abril de 2016 nascia a DIGNITÀ, uma organização com foco no acolhimento de refugiados. Desde 2015 fui também desafiado para

4 www.refugeehighway.net.

ser o facilitador da RHP no Brasil. Parte do meu ministério tem sido de conscientização e mobilização da Igreja brasileira para a causa dos refugiados.

Estou certo de que a mão do Senhor está por trás desta grande diáspora que experimentamos em nossos dias. A Igreja, em alguns países, é chamada para acolher os peregrinos vulneráveis. Em muitos outros, a própria Igreja está na estrada, com fome, desamparada e vulnerável. Em ambas as situações, somos chamados como povo de Deus, para discernir o que o Pai está fazendo, dispondo-nos a servir os forasteiros, como se fossem o próprio Cristo.

Para nós, Igreja nos países de acolhimento, os refugiados são uma oportunidade concreta de obediência à Palavra: “amem o estrangeiro” (Dt 10.19); de exercer a fraternidade: “façam o bem a todos, especialmente à família da fé” (Gl 6.10); a hospitalidade – literalmente “filoxenia” no grego, ou “aquele que ama o estrangeiro”, o oposto de “xenofobia”, o ódio ao estrangeiro (Hb 13.2); e o cuidado dos órfãos, viúvas, estrangeiros e necessitados (Zc 7.10).

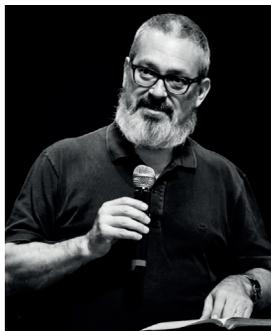
Sou testemunha de que, apesar de todo complexo e dispendioso trabalho envolvido no acolhimento ao refugiado, nós, que os recebemos, somos tão ou mais abençoados do que eles no processo. Nossa fé é colocada em prática, nossas prioridades são questionadas, nosso amor ao Mestre e à Igreja é colocado em perspectiva, nossa visão de Reino é ampliada. Em outras palavras, eles são bênçãos disfarçadas, enviadas pelo Pai para reavivar nossas igrejas. Sobre eles, como disse o apóstolo Pedro, “repousa o Espírito da glória, o Espírito de Deus” (1Pe 4.14). Esta “santa mistura” é fértil, pródiga de novos e ricos relacionamentos.

O que dizer, ainda, sobre os milhares de muçulmanos, budistas e hindus que têm chegado a nós em busca de refúgio? Qual deve ser a atitude da Igreja diante destes estrangeiros? Agiremos como aqueles que não têm o amor do Pai, com discursos de ódio, inflados pelo medo, erguendo muros? É fato que a grande maioria é de países e povos que não conhecem o Evangelho. Não é esta, então, uma grande oportunidade de lhes mostrarmos o amor de Cristo,

aqui mesmo, no nosso quintal? Muitos nunca tiveram contato pessoal com um cristão, nunca seguraram uma Bíblia, quanto mais participaram de uma celebração cristã. Que oportunidade!

Creio que o Brasil pode ser muito mais usado por Deus como lugar seguro para aqueles que buscam abrigo. Com as portas fechadas nos países do Ocidente, o Brasil, com sua legislação aberta e igreja viva, coloca-se como um porto natural. Para isto, porém, precisamos nos organizar e agir em parceria com a Igreja internacional. Mais do que oferecer abrigo e trabalho, nosso papel é também pastorear e discipular as ovelhas feridas de Jesus, pois somos um só rebanho, e temos um só pastor.

Sobre o autor



José Roberto Prado é graduado em Teologia com especialização em Missiologia pela UNELA - Universidad Evangelica de las Americas, em San José, Costa Rica. Fundador e Presidente da ABUNA, uma organização humanitária brasileira voltada especialmente ao refugiados, apátridas e migrantes em risco social. É presidente e fundador da REMIR - Rede Evangélica de Apoio ao Migrante e Refugiado.

Contato com o autor: josermprado@gmail.com



PÓS-GRADUAÇÃO

PRESENCIAL NA FTSA

ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
PARA ENFRENTAR NOVOS DESAFIOS



[Práxis 03 (2019) 46-57]

RENASCENDO ATRAVÉS DO IDIOMA:
UMA REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO MISSIONAL
E O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

Por Maurício de Oliveira L. Medina e Mayara Agar de Araújo Silva

RENASCENDO ATRAVÉS DO IDIOMA: UMA REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO MISSIONAL E O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

POR MAURÍCIO DE OLIVEIRA L. MEDINA E MAYARA AGAR DE ARAÚJO SILVA

A migração sem precedentes do momento presente deve ser compreendida como um fato resultante da ação de fatores simultâneos, tais como: as alterações climáticas, as guerras e os conflitos socioculturais de cunho político ou religioso. Segundo ACNUR “São mais de 65 milhões de pessoas vítimas de deslocamento forçado que estão desenraizadas ao redor do mundo”. A guerra aniquila a vida social e material humana, e a questão climática pode alterar as condições de sobrevivência (ACNUR, 2017, p. 13).

Desta forma, agindo de maneira conjunta, estas empurram populações inteiras a realizar um movimento migratório forçado e indesejado, seja pelo próprio migrante, seja pela própria sociedade que o decidiu acolher. Por isso, faz-se necessário e importante que tanto as pessoas quanto as igrejas repensem sua prática missional a fim de acolher, proteger e emancipar o refugiado, tornando-o protagonista de sua nova trajetória, que se faz quando este renasce para o outro que o acolhe.

Portanto, este artigo traz uma reflexão sobre a ação missional e propõe um modelo de intervenção pedagógica para o ensino de português como língua de acolhimento. Atuando dessa forma na reelaboração e no renascimento dos refugiados.

1. O refugiado e a metamorfose cultural e identitária

Os conflitos socioculturais de caráter político e religioso também provocam esse deslocamento que se torna a única solução de sobrevivência e manutenção da vida de grande número de pessoas. Esses que se deslocam são os migrantes, os refugiados e os apátridas. Que se definem como: migrantes, contingente populacional em deslocamento físico; refugiados, conforme

ACNUR, são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a violação generalizada de direitos humanos; e os apátridas, são pessoas que perderam o reconhecimento de sua nacionalidade. Vários problemas posteriores surgem devido a essas situações, entretanto, no caso específico do refugiado, o choque cultural linguístico, pode impedir ou dificultar o processo de acolhimento que se concentra no embate em ter que aprender uma nova língua, que talvez nunca tenha feito parte de seu objetivo de vida (ACNUR, 2018, p. 2).

Por isso a aprendizagem em acolhimento da “nova língua” é considerada como sendo um primeiro passo em direção à sociedade que o recebe, de modo que é necessário estabelecer o diálogo entre a cultura de origem e a nova cultura que o acolhe, que pode ser um dos melhores caminhos para o resgate da identidade social e cultural do refugiado. Esse ato educativo sofre a oposição dos efeitos negativos do risco social que produz ou potencializa o sofrimento mental, físico e sócio-identitário.

O diálogo intercultural pode ser uma ferramenta importante para o estudo da nova língua porque promove a reflexão da programação da vida futura, que precisa se sobrepôr angustiosamente ao desemprego e aos salários injustos que acabam como que lutando para impedir a conquista de uma vida pessoalmente satisfatória e segura.

O que um refugiado faz, na verdade, é simplesmente fugir. É um ser humano em fuga. Tanto da barbárie, como da fome ou ainda da falta de perspectivas. Refugiar alguém é acolher, cuidar, alimentar, cadastrar socialmente e atender ao que perdeu o seu lar e que pode estar adoecido física e mentalmente de várias maneiras. Os refugiados em migração são aqueles que perderam a possibilidade de exercer os atos normais de suas vidas dentro da cultura constituída e aceita por eles mesmos como a doadora dos elementos que sustentam e estruturam sua identidade sociocultural.

Para Gediel e Godoy:

A hospitalidade sem limitações vem orientada pela ideia que o humano que chega é diferente do outro que o recebe em sua terra. É estranho, estrangeiro, mas mesmo assim humano, que espera a hospitalidade incondicional e se depara com a hospitalidade condicionada. (Gediel e Godoy, 2016, p. 22)

É necessário que se usem critérios de ação acolhedora imediata por ser uma situação emergencial. Acolher, portanto, não significa absorção cultural, mas amparo humanitário para a preservação da vida. O que grande parte dos refugiados desejam mesmo é voltar para a sua terra natal, para sua cultura de origem.

2. A contribuição da ação missional para a reorganização da identidade sociolinguística e cultural do refugiado

Essa situação pode se tornar uma grande oportunidade para reavaliação da ação missional, porque toca na renovação do sentido de solidariedade, que leva ao exercício da compaixão em direção à coletividade social. As feridas provocadas pelas situações vividas por pessoas em refúgio são difíceis de curar, porque são inúmeras e profundas. O melhor apoio a oferecer é ajudá-las a aprender a viver satisfatoriamente apesar das suas dores. A sensação de existência em sofrimento identitário, se não bem amparada corre o risco de se tornar tão forte e devastadora que pode levar o ser humano à dor do caos existencial e até ao abandono de si mesmo. Na questão do apoio ao refugiado, um tema importante a ser considerado é o da necessidade pessoal de reconfiguração da identidade cultural, em ações constantes de ressignificação.

Nesse choque da identidade culturalmente formada a língua materna é como um artefato que ainda ocupa um enorme espaço na memória do processo de construção do sentido identitário. Portanto, uma prática teológica e missional que seja voltada para o uso da linguagem por meio de uma intervenção pedagógica que tenha em conta o ato de interpretar ou reavaliar tanto a cultura de origem quanto a de acolhimento, pode levar à reflexão sobre a forma de dar sentido à vida. Investir numa hermenêutica que esteja baseada no olhar do refugiado e que interfira nas articulações dos choques identitários, é uma solução para promover uma atitude reflexiva para a reconstituição do ser por meio de uma espiritualidade forjada pelo olhar intercultural.

A promoção de uma prática missional que aporte ideais identificados com a realidade vivida do refugiado é de suma importância para a constituição e

reelaboração dos relacionamentos sociais, porque pode lhe proporcionar a percepção de seu protagonismo em relação ao seu renascimento identitário.

Isso pode ajudar a reestruturar a formação da identidade em diáspora. No confronto da cultura materna com a cultura de acolhimento, no sentido do termo *bricolagem*, de Claude Lévi-Strauss, o indivíduo passa a ter novas práticas culturais e desenvolve ou percebe em si ou em outros as novas identidades possíveis (Roth, 2008, p. 3).

O exercício da solidariedade, que nasce da compaixão e que se liga à prática da misericórdia e do amor, é um sentimento expressado não só em palavras, mas também por meio de ações. É um sentimento que deveria naturalmente levar a concretização de atos de cuidado, de apreço e de valorização não só da figura de Deus, mas também do próximo e até de si mesmo. Os que se sentem comprometidos com a necessidade de uma prática teológica relevante para essa questão podem corresponder ao cuidado de Deus demonstrando, por meio de atitudes práticas, todo o amor possível de ser devotado a Ele, ao próximo e a si mesmo.

E assim como Deus fez manifesto seu sentimento, o amor humano também deve ser demonstrado através de ações. Uma das formas de demonstrar o amor é adotar um alto padrão de tratamento e de cuidado em relação às pessoas que estão ao redor. O profeta Jeremias abordou o tema da grandiosidade da afeição divina, compreendendo a eternidade inerente do amor de Deus, que não tem fim porque nunca teve começo (Jr 31.3). É um fato eterno e universal. Não é um dever, e muito menos uma obrigação. É um sentimento genuíno de afeição em fé que Deus revela gratuitamente ao ser humano e a toda sua Criação.

Esse entendimento comprometido com o aspecto integral do ser humano é um chamado, para levar a vida comum sob um sentimento nobre e construtivo, em correspondência a um afeto recebido. Em Dt 10.17, revela-se a forte relação entre a prática da justiça e a misericórdia amorosa de Deus: “Porque o SENHOR, seu Deus ... não faz acepção de pessoas ... faz justiça ao

órfão e à viúva e ama ao estrangeiro, dando-lhe pão e vestes. Amem, pois, ao estrangeiro, porque vocês foram estrangeiros na terra do Egito”.

3. Modelo de intervenção pedagógica para o ensino de português como língua de acolhimento

Portanto, o estudo da língua de acolhimento pode tornar-se uma ação terapêutica para a questão. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados pode ser uma atividade de relevância para a prática teológica. E com a finalidade de facilitá-la, sugere-se o seguinte esboço de projeto de intervenção, que poderia abarcar os seguintes parâmetros:

Como objetivo de ação geral: promover o contato da língua portuguesa como língua de acolhimento para pessoas em situação de migração e risco social ampliando o canal comunicativo. Como objetivo de ação específica: promover a necessária sensibilização linguística perante a língua de acolhimento, para atenuar os efeitos cumulativos psicossociais do choque cultural.

Como proposta de ação realizar encontros de frequência semanal com o uso contrastante da língua de acolhimento e da língua materna a fim de desenvolver e otimizar a comunicação e interação social. O contato visa promover a sensibilização linguística em ambiente educativo interativo e dinâmico; por meio de conversação leitura e escrita que desenvolvam temas gramaticais e comunicativos, que sejam específicos das línguas em choque, usando o recurso do diálogo intercultural como mecanismo mediador da intervenção pedagógica e missional.

A ampliação e o desenvolvimento de competências comunicativas podem ser realizadas sob uma intervenção pedagógica que promova interações bem simples como:

1. Cumprimentar e despedir-se.
2. Pedir permissão, ou ajuda, ou a explicação de uma ideia, ou ainda a repetição de palavras não compreendidas, e até mesmo soletrar as que lhe sejam novas.

3. Perguntar como escrever e o significado de palavras.
4. Convidar pessoas para interação social.
5. Aceitar ou recusar convites.
6. Sugerir correções.
7. Apresentar a si mesmo e a outros.
8. Falar de si mesmo e de outros.
9. Identificar e descrever pessoas, objetos e animais.
10. Dar e pedir informações básicas.
11. Agradecer.
12. Expressar gostos, preferências, agrados e desagradados.
13. Propor alguma coisa, sugerindo correções ou adaptações.
14. Dar opiniões, conselhos, instruções e indicações.
15. Relatar experiências e argumentos.
16. Desculpar-se por atraso.
17. Formular hipóteses simples sobre a língua que fala e a que está estudando ou outras que já conheça.
18. Contar piadas.

Para que seja possível a interatividade, é necessário que cada ato interventor leve em consideração no seu planejamento educativo o uso de expressões simples de:

1. Afirmação.
2. Causa.

3. Comparação.
4. Conclusão.
5. Existência.
6. Lugar.
7. Modo.
8. Negação.
9. Oposição.
10. Posse.
11. Quantidade.
12. Substituição.
13. Tempo.

Juntando as ações/reações esperadas dos estudantes com o uso das expressões citadas acima e os seguintes conteúdos gramaticais, estabelece-se um curso mínimo de língua portuguesa como língua de acolhimento:

1. Reconhecer e usar como recurso para a comunicação: verbos que apresentem maior/menor dificuldade de conjugação, os verbos de ligação e saber o uso comum e simples dos modos verbais (indicativo, imperativo, subjuntivo) na comunicação, em locuções verbais do futuro imediato e do gerúndio.
2. Reconhecer as diferenças e os sons da língua de acolhimento em relação à materna, saber o alfabeto e as regras de ortografia mínimas e os nomes dados aos signos de pontuação e acentuação.
3. Saber entoar as palavras pela tonicidade vocálica para marcação de sentido.
4. Pronunciar os dígrafos: nh, lh, ch, rr, ss, sç e xc.

5. Pronunciar as letras que em português têm variação de som e que também mudem de acordo com o falar regional, com um acento determinado ou por sua posição na palavra: a, c, d, e, g, l, o, r, s, t, u, w, x e z.
6. Pronunciar as vogais abertas, (ou com acento agudo) e fechadas, (com acento circunflexo) e as nasais, (com sinal de nasalização ou com presença de m ou n), e reconhecer o til como marca de nasalização.
7. Compreender como pronunciar e ler os encontros vocálicos, unindo em elisão as vogais, as semivogais de uma mesma sílaba.
8. Pronunciar as consoantes e os dígrafos em encontros consonantais: As surdas que são produzidas sem vibração das cordas vocais como: P - T - K - Q - C (antes de a, o, u) - F - S - X e as sonoras que são produzidas por vibração das cordas vocais B - D - G - V - Z - J - L - LH - R - RR - M - N - NH.
9. Conhecer, saber ler e entoar os acentos e os sons produzidos a partir da identificação das letras.
10. Compreender e reconhecer as variações de pronúncia regional da língua de acolhimento, sem o uso dos estereótipos culturais.

Também são necessários para execução da atividade pedagógica:

1. Fotocópias para os encontros interativos.
2. Cadernos pequenos, canetas, lápis e borracha.
3. Quadro branco/negro, giz/caneta e apagador
4. Local com capacidade de ser usado como sala de ambiente educativo, com mesas e cadeiras adequadas.
5. Acessibilidade a água e a banheiros para que os estudantes consigam diminuir a tensão dos estudos.
6. Material de som simples ou caixas de som para reprodução de arquivos musicais para atividades com desenvolvimento da expressão fonética.

7. Criação de grupos de trabalho de alunos de acordo à faixa etária ou à escolaridade, para maior possibilidade de atendimento de acordo às características dos participantes para a promoção de grupos de afinidade.
8. Encontros de no mínimo uma hora e meia, ou no máximo de três horas semanais. (Ver: Littlewood, 2005; Piera, 2015)

Conclusão

Uma língua é um sistema de informações e os idiomas são estruturas linguísticas de informação diferentes porque classificam, adjetivam e explicam as ideias humanas de maneiras distintas. Assim, promover o contato com a língua de acolhimento é importante, para evitar as severas limitações de compreensão impostas pelo tempo.

Agindo ativamente no processo de reelaboração da identidade cultural do refugiado, por meio do ensino da língua de acolhimento como proposta de ação missional é possível atingir a integralidade desse ser humano em sério risco social.

Parafraseando o texto da grande comissão (Mc 16.15-18), o ensino de português como ação missional de acolhimento pode estar relacionado com as palavras ditas por Jesus aos seus discípulos, que fossem por todo o mundo e que pregassem o evangelho a todo ser humano criado por Deus. Aqueles que cressem e fossem mergulhados no caráter divino de Deus seriam salvos de uma vida de vazios espirituais; os que não cressem seriam fatalmente condenados a viver sob o caos provocado pelos fatos que se sobreporiam. Entretanto a vida dos que cressem em seu nome e vivessem pelo seu caráter: (1) seriam opositores ferrenhos a toda forma de perturbação à existência humana; (2) falariam e aprenderiam a se comunicar em novas línguas, compreendendo a forma de pensar de outras culturas; (3) estariam diante de bocas que destilariam palavras envenenadas pelo sofrimento, e até mesmo essa peçonha não lhes faria mal; e, que (4) se com alguma coisa mortífera saciassem sua sede, não lhes faria nenhum tipo de mal e, por fim, (5) se abençoassem as

peças aproximando delas as suas mãos, trabalhando pelo bem dos enfermos de alma e de corpo, estes encontrariam a cura pela fé em Cristo.

Por isso, faz-se necessário e importante que tanto as pessoas, quanto as igrejas tenham esse olhar para as escrituras e para o ser humano que está a nossa frente, este olhar que o acolhe, o protege e o emancipa tornando-o protagonista de sua nova trajetória, que se faz quando este renasce para o outro que o acolhe, sendo atravessado por essa nova cultura, um novo modo de ser e ver o mundo, um novo idioma e até uma nova fé. Podemos, então, ser essas mãos e braços que acolhem, que tocam, que ensinam e que trazem a justiça de Deus aos refugiados. Por meio da fé em Cristo Jesus, eles podem ser ajudados e auxiliados nesse processo de reelaboração, de ressignificação da vida e de renascimento.

Referências Bibliográficas

ACNUR. *Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo*, 2018.

GEDIEL, J. A; GODOY, G. G. (Orgs.) *Refúgio e hospitalidade*. Curitiba: Kairós Edições, 2016.

JUBILUT, L. L; GODOY, G. G (Orgs.). *Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97* São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017.

LITTLEWOOD, W. *La Enseñanza Comunicativa de Idiomas*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

PIERA, V. *Diseño Curricular de Lenguas Extranjeras*. Gobierno de La Ciudad Autónoma de Buenos Aires - CABA, 2015.

ROTH, W. M. *Bricolage, métissage, hybridity, heterogeneity, diaspora: Concepts for thinking science education in the 21st century*. Cultural Studies in Science Education, 2008.

Sobre os autores



Maurício de Oliveira Lima Medina é Graduado em Teologia pela FTSA, Licenciado em Português como Língua Estrangeira (PLE) pelo Instituto Superior do Centro Cultural Brasil-Argentina de Buenos Aires, possui Especialização em Literatura Sagrada pelo Instituto Superior de Estudos Teológicos - ISEDET- de Buenos Aires.

Contato com o autor: oliveiralimamedina@gmail.com



Mayara Agar de Araujo Silva é Graduanda em Teologia pela FTSA, 2019.

Contato com a autora:

leandroemayara@relacionamentoemsantidade.com.br



[Práxis 03 (2019) 58-68]

QUAL É A DIFICULDADE PARA AS MISSÕES DE DIÁSPORA?

Por John Baxter

QUAL É A DIFICULDADE PARA AS MISSÕES DE DIÁSPORA?

POR JOHN BAXTER

Durante vários anos, grande parte do meu trabalho deu-se em uma pequena aldeia na região central das Filipinas. Lá, os padrões tradicionais de vida ainda eram muito evidentes. Um dia a cada semana, as famílias desciam das montanhas com grandes cestas amarradas nas costas, carregando os vegetais que elas confiariam ao comerciante local que os venderia nos mercados da cidade litorânea.

Uma parte essencial deste evento semanal era a *fofoca*, ou *tsismis*, que promovia a troca de assuntos entre as famílias. A maioria dessas pessoas gostava de ouvir *fofoca*, mas também havia uma função social subjacente. Tanto o comportamento exemplar como a atitude inaceitável de indivíduos e famílias foram considerados um jogo justo para promover o diálogo na comunidade. Assim como o desejo de participar do louvor comunitário e o temor de ser rejeitado pela comunidade foram um incentivo importante para dar sentido à conformidade desses comportamentos, ou seja, atitudes dentro dos padrões aceitáveis.

Embora implícito, o tempo de *fofoca* era parte da estrutura organizacional da aldeia.

A vida humana é uma vida organizada. Mas as estruturas organizacionais podem ser presumidas, não declaradas e, portanto, não examinadas. Quando as circunstâncias ou o ambiente social mudam, as estruturas sociais implícitas podem deixar de funcionar efetivamente ou mesmo atrapalhar os objetivos sociais e organizacionais que eles promoveram. O sistema de mexericos que promovem a modificação comportamental funcionava na aldeia, mas perdeu seu poder à medida que os moradores se mudavam para os grandes centros urbanos e se perdiam nas multidões.

Agências missionárias e redes de igrejas são necessariamente organizações cujas operações estão inseridas em várias estruturas e sistemas de valores. À medida

que o ambiente das missões mundiais muda, aumenta a necessidade de clareza em relação à visão organizacional, aos valores e ao alinhamento estrutural.

Atualmente, existem muitas mudanças ambientais que estão levando as agências de missão a uma reconceituação da tarefa missional, isto é, a de encontrar novas estruturas organizacionais adaptáveis.

Mudanças Ambientais

Há um conjunto de mudanças bem reconhecidas em relação ao meio ambiente global no qual a situação das atuais missões estão classificadas como “em andamento”. Todas estas mudanças são em si importantes, mas na totalidade representam uma grande reformulação do cenário global das missões. Esse ambiente em evolução exige mudanças profundas, e não superficiais, por agências e redes de igrejas.

Devido ao investimento em missões globais pelas igrejas ocidentais nos últimos dois séculos, o centro do cristianismo, incluindo o evangelicalismo, mudou-se da Europa e da América do Norte para o Mundo Majoritário. No entanto, o crescimento da igreja tem sido desigual em sua geografia e em sua representação entre diferentes blocos religiosos. O evangelicalismo tem visto uma resistência substancial nas terras dominadas pelos sistemas de crença islâmica, hindu e budista, bem como em sociedades secularizadas como as encontradas na Europa. A janela 10/40 é a expressão geográfica desta resistência.

O pós-colonialismo também colaborou para que muitas destas terras resistentes se tornassem hostis às missões cristãs e fechadas à presença costumeira do pessoal que está envolvido com o trabalho missionário. Não é de surpreender que as instituições de envio de missões ocidentais agora encontrem a maioria de seus funcionários trabalhando entre grupos de pessoas já alcançadas e mal posicionados para o trabalho entre os povos de fronteira.

A explosão percebida neste ambiente de missões em mudança é o fenômeno recente da migração global. Os avanços em transporte e comunicação, a

proliferação de empresas transnacionais, o aumento de pessoas deslocadas e o crescimento da globalização como base para uma visão de mundo e expressão institucional política levaram a um número sem precedente de pessoas em movimento.

Este ambiente demográfico em mudança afeta as missões. Primeiro, a escala da migração global colocará uma porcentagem substancial dos membros de grupos de povos não alcançados fora de suas terras de origem. O envolvimento integral com um grupo de pessoas requer uma estratégia que agora englobe a migração e não seja apenas uma estrutura engajada na geografia da terra natal.

Em segundo lugar, há uma expansão da visão de missão que agora inclui antigos países enviados aos lugares para o exercício das missões transculturais. A distinção entre missão estrangeira *versus* missão nacional diminuiu com o aumento da migração. No passado, poucas agências de envio de missionários incluíram sua pátria com base “cristã” como um lugar para as missões. O país de origem era tipicamente visto como o domínio da igreja local, e não da sociedade missionária. Agora, a migração tem alterado esta equação.

Terceiro, a migração econômica da igreja do mundo majoritário cria novas oportunidades para a expansão do Evangelho. Milhões de cristãos da Maioria Mundial estão encontrando trabalho na Janela 10/40 e nos países do Ocidente. O potencial missionário da migração da Igreja do Mundo Majoritário não foi amplamente realizado e apresenta oportunidades e desafios únicos para as organizações de envio missionário.

Isto é particularmente verdade, pois a migração global da igreja é um movimento leigo. As agências de envio precisarão se adaptar nesses contextos da diáspora e aprender a priorizar essa força de colheita da missão leiga. Embora existam poucos missionários de tempo integral em terras de acesso restrito, como o reino saudita, há dezenas de milhares de cristãos migrantes leigos e econômicos.

O meio negligenciado

Nos últimos vinte anos, as Missões de Diáspora tornaram-se reconhecidas como um campo legítimo de missão, e há um crescente corpo de literatura missiológica explorando o movimento. Ao mesmo tempo, houve também um crescimento admirável no número e tipos de ministérios dirigidos a pessoas em movimento. Os dois polos sobre o *continuum* das missões de diáspora, isto é a reflexão missiológica e a prática ministerial, têm recebido atualmente muita atenção.

O que recebeu muito menos atenção foi o espaço intermediário no *continuum* – o domínio da organização enviada, seja uma agência missionária, uma denominação de igreja ou uma rede de ministérios. O meio organizacional é o espaço do engajamento cooperativo. Enquanto o missiólogo cria a teoria e o praticante cria o ministério, é a organização que permite que a teoria e a prática se estendam além do indivíduo e do local. As boas organizações permitem que diversas pessoas e instituições se unam em torno de um propósito comum, a partir do qual criam-se canais de cooperação, com os quais as pessoas livres expressam seus dons e pontos fortes, desenvolvem soluções inovadoras e mobilizam recursos para o cumprimento de uma visão específica do ministério.

Se, como argumentado acima, a migração global cria novo ambiente para missões, surge a pergunta: A nova realidade das Missões de Diáspora pode simplesmente ser mapeada na conceituação e estrutura organizacional existente, ou a migração leva as organizações missionárias a um nível mais profundo de mudança? Como elas pensam sobre a tarefa das missões globais e como elas se organizam para sua realização?

São necessários novos odres?

Em que nível o novo ambiente de migração prejudica a filosofia e a estrutura da agência missionária? Não há uma resposta única para essa pergunta, pois cada organização de envio de missionário é única em sua visão e valores. Além dos distintivos da agência, é simples o fato de que a grande maioria

das pessoas nunca residirá fora de sua pátria cultural. Atualmente, a porcentagem global de pessoas envolvidas na migração é inferior a 10% (esse número incluiria migrações internas e externas e crianças nascidas de pais imigrantes). Para a maioria das agências, a tarefa principal das missões será manter o foco em alcançar pessoas em suas terras culturais.

Com exceção das organizações missionárias focadas na migração, como os ministérios de refugiados, a pergunta apropriada é: Como as Missões de Diáspora podem ser integradas ao chamado e ao foco da organização? A integração, e não a substituição, é a necessidade típica da maioria das agências. Embora algumas organizações missionárias possam decidir manter um foco exclusivo em seus países, a maioria dos ministérios deseja integrar a migração em suas estratégias de missão.

No entanto, mesmo no nível da integração do ministério da diáspora, mudanças profundas e disruptivas podem ser necessárias. Quando uma organização deseja incluir o ministério *de e para a* diáspora global, deve considerar possíveis mudanças nos níveis conceitual, organizacional e metodológico.

Mudança conceitual

Tradicionalmente, as agências e redes de envio conceituaram a tarefa das missões em termos geográficos. Mesmo quando o envio de missionários para países políticos, como a Indonésia, foi substituído pelo envio de missionários a grupos de povos não alcançados, a pátria geográfica ainda era a estrutura para entender esta tarefa.

A migração global aos grupos de pessoas não alcançadas permite que a organização se afaste de um simples foco em terras geográficas para um conceito maior de afinidade. A afinidade, para os propósitos deste artigo, é um constructo que identifica um conjunto de características compartilhadas por um grupo de pessoas que facilitam sua evangelização, onde quer que esse grupo esteja.

Um enfoque de afinidade é geralmente tão restrito quanto um único grupo étnico-linguístico, tal como o povo *Mandar* da Indonésia, e permite que a

organização priorize igualmente o engajamento em diferentes contextos, seja em sua terra natal ou em migração para as áreas urbanas da diáspora global.

Mas um foco de afinidade também pode ser expandido para além do grupo de pessoas individuais. No contexto da migração, a identidade do grupo de pessoas evolui. Agrupamentos maiores que o dialeto ou a exata origem geográfica surgem quando as pessoas se mudam para o exterior. Nas Filipinas, os indivíduos se identificam por região e dialeto específicos, mas na diáspora filipina esses designadores se fundem em uma identidade filipina genérica maior. O mesmo fenômeno pode ser encontrado em diferentes graus entre indonésios, indianos, árabes e muitos outros grupos.

A identidade do grupo evolui à medida que os grupos de pessoas migrantes começam a assimilar suas novas culturas hospedeiras. Essa mistura de identidade cultural é bastante acelerada entre os filhos de imigrantes de segunda geração.

Em contextos de diáspora, um enfoque de afinidade permite que a organização da missão trabalhe em diferentes níveis de identidade de grupo, enquanto o tempo todo procura formas de conectar as pátrias e as configurações da diáspora.

Outra importante mudança conceitual para as agências missionárias é reconhecer o potencial da missão da migração econômica do mundo majoritário. Milhões de trabalhadores da maioria dos países no mundo estão encontrando emprego fora de seus países de origem. Essa migração econômica frequentemente coloca os não-alcançados em contato com o evangelho e, com a mesma frequência, coloca os cristãos da maioria dos países em contato com os não-alcançados.

Neste segundo caso, milhões de crentes do mundo da maioria estão encontrando trabalho em terras não alcançadas, como o Oriente Médio, e estão em contato com milhões de trabalhadores migrantes não-alcançados e com os cidadãos do país anfitrião. Poucas agências missionárias estão atualmente investigando seriamente o potencial missionário desses trabalhadores convidados crentes.

Mudança Organizacional

Mesmo quando as organizações missionárias têm clareza conceitual sobre o papel das Missões de Diáspora em suas agências, elas ainda podem ser prejudicadas no engajamento efetivo devido aos obstáculos estruturais. Embora não exista uma maneira certa de se organizar para as missões, ainda há certas características que precisam ser expressas dentro das estruturas organizacionais para funcionar bem na Diáspora.

A primeira característica estrutural essencial é a *comunicação*. No antigo modelo de missão do campo geográfico, cada campo poderia ser insular. O foco unicamente nacional não criou a necessidade de estar em contato com outras regiões. No entanto, a estratégia emergente da comunicação das Missões de Diáspora entre as regiões é crítica. O pessoal da missão no Sudeste Asiático precisa estar em contato com o pessoal da Europa, se houver uma migração significativa da terra natal da Ásia para as cidades da Europa. Também é necessário haver comunicação com os parceiros nacionais da igreja, pois seus membros também estão em movimento. Por exemplo, os missionários na Alemanha, trabalhando entre os refugiados sírios, precisam saber se os crentes de alguma das igrejas parceiras nacionais, como no Brasil, também migraram para a Alemanha, e poderiam ser um recurso possível para alcançar os sírios.

A *cooperação entre regiões* é a segunda característica. Além da comunicação, a cooperação significa que todos os importantes participantes estão à mesa para a criação e implementação da estratégia. Esses “jogadores” da missão podem vir de muitas regiões diferentes e divisões ministeriais da agência missionária, incluindo as igrejas nacionais dos vários campos da agência. Por exemplo, um projeto para alcançar refugiados muçulmanos no sul da França pode incluir pessoal da missão da França e das pátrias dos refugiados, bem como parceiros de igrejas imigrantes de todo o mundo.

Uma terceira característica é a *capacidade de mover rapidamente* o pessoal da agência missionária para as configurações da Diáspora. As pessoas em processo de migração estão em movimento e, geralmente, tendem

a permanecer em movimento. O cronograma de implantação típico de dois anos não funciona bem para Missões de Diáspora. Uma organização missionária precisa ser estruturada de tal maneira que o pessoal da missão possa se mover facilmente entre as regiões. Essa agilidade requer uma mudança no foco do ministério, de ser chamado para um grupo de pessoas em sua terra natal, para ser chamado a trabalhar entre um grupo de pessoas para onde quer que Deus esteja atualmente se movendo entre eles.

Atualmente, a maioria das agências missionárias se encontra entre dois mundos: um pé na antiga estrutura de campo geográfico e outro em transição para modelos mais flexíveis e inovadores. Independentemente de como uma organização se estrutura para expressar as três características necessárias para o trabalho na Diáspora Global, deve haver um nível suficiente de influência e autoridade para realizar essas mudanças. A mudança é sempre difícil, mas é fácil para o pessoal do campo missionário ignorar a Diáspora. Nunca há pessoal ou recursos suficientes para completar a tarefa nos países de origem. A comunicação e a cooperação entre as regiões para alcançar a Diáspora complica a tarefa. Se uma organização decide entrar no reino das Missões de Diáspora, a liderança da agência deve assegurar a comunicação e a cooperação contínuas entre suas várias estruturas e líderes. Isto é especialmente verdade para organizações com estruturas estabilizadas que permitem níveis mais altos de autonomia em suas divisões ministeriais e regiões.

Mudanças Metodológicas

Quando uma agência missionária leva a migração para o foco de seu ministério e se reorganiza para realizar o ministério da Diáspora, ainda é necessário expandir a caixa de ferramentas do ministério. A equipe de pessoas que trabalham em movimento de Diáspora precisa de um conjunto especializado de ferramentas, e a agência também deve examinar e reestruturar seus processos de treinamento.

Os missionários precisarão entender como a identidade do eu e do grupo evolui na migração. Os problemas da segunda geração e a fusão de culturas rapidamente transformam a identidade do grupo e criam a necessidade de formas inovadoras de apresentar o Evangelho. O encontro com a nova

cultura também pode mudar a receptividade de uma pessoa ao Evangelho em diferentes direções, desde aberta a altamente resistente. Os missionários precisam aprender a “ler” as pessoas em movimento.

Os missionários raramente precisam mapear um grupo de pessoas em sua terra natal, mas o mapeamento é uma ferramenta importante na Diáspora. O treinamento de mapeamento deve incluir fontes públicas e governamentais, os dados que contêm as informações pessoais e as fontes da multidão, a fim de localizar os não alcançados e os cristãos que também estão migrando ao lado dos grupos não alcançados.

A mídia social é pouco usada pela maioria dos missionários, mas é fundamental para a vida da maioria dos imigrantes. As mídias sociais podem ser usadas para mapear grupos migrantes, aprender sobre suas crenças e cultura no cenário da Diáspora e se tornar um meio de engajamento.

Estas são apenas uma amostra dos tópicos que precisam ser cobertos pela efetividade das Missões de Diáspora. Elas são listadas para enfatizar a necessidade de treinamento aprimorado para o pessoal que trabalha com os povos migrantes.

Além da clareza conceitual e do alinhamento organizacional

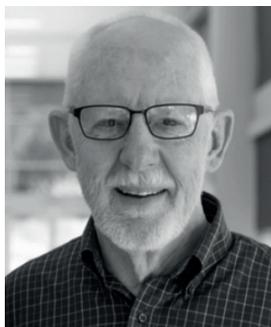
É verdade que os países ocidentais têm pouca experiência em migração global. Por exemplo, dos duzentos e cinquenta milhões de pessoas atualmente vivendo fora de seu país de nascimento, os norte-americanos representam apenas cinco milhões. A migração é uma história do Sul do Globo, e a grande maioria dos que estão em movimento constrói esta história a partir de um contexto de fraqueza e sofrimento. As pessoas deixam a família e a casa em busca de emprego, estão fugindo da guerra e da opressão, e encontrando-se no último degrau das sociedades em que residem.

As filosofias e estruturas organizacionais discutidas neste artigo refletem um tipo de poder, o poder de realizar as coisas de maneira eficiente e eficaz. No entanto, é preciso haver um sentido em que as organizações missionárias se reestruturam, não para simplesmente realizar o ministério, mas, o que é

mais importante, para ser efetivas em cuidar daqueles que estão na diáspora global. Para se envolver com as multidões em movimento de forma holística e transformadora, e depois para liberá-los para a alegria de servir através do discipulado e das missões cristãs, este pode ser o mais novo odre de todos.

[Tradução: Ênio Caldeira Pinto]

Sobre o autor



John Baxter é Promotor Internacional da Rede Diáspora Global, do Movimento Lausanne. Ele é um dos fundadores e atual diretor da ONG NextMove, que auxilia denominações e agências missionárias a desenvolverem ministérios com povos imigrantes. Doutor em Estudos Interculturais, Seminário Teológico Reformado, Jackson, MS.

Contato com o autor: baxter53@gmail.com

PREPARANDO VIDAS PARA SERVIR O REINO DE DEUS



FACULDADE TEOLÓGICA
SUL AMERICANA
Preparando Vidas para servir o Reino de Deus

[43] **3371-0200**



www.ftsa.edu.br

PRÁXIS

MISSIONAL



FACULDADE TEOLÓGICA

SUL AMERICANA

Preparando Vidas para servir o Reino de Deus